

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
CÂMPUS CORA CORALINA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGEO)**

**RAFAEL FERREIRA RODRIGUES**

**RECRIA TUA VIDA, SEMPRE: ASSOCIATIVISMO DAS MULHERES CORALINAS  
DA CIDADE DE GOIÁS (2017-2021)**

**GOIÁS - GOIÁS, JUNHO - 2022**

**RAFAEL FERREIRA RODRIGUES**

**RECRIA TUA VIDA, SEMPRE: ASSOCIATIVISMO DAS MULHERES CORALINAS  
DA CIDADE DE GOIÁS (2017-2021)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina, como requisito para a obtenção do título de mestre em Geografia.

**Área de Concentração:** Estudos Ambientais e territoriais do Cerrado

**Linha de Pesquisa:** Dinâmica Territorial do Cerrado

**Orientadora:** Profa. Dra. Tathiana Rodrigues Salgado

**GOIÁS - GOIÁS, JUNHO - 2022**

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES NA  
BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD)**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, CsA nº 1.087/2019 sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/1998, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data<sup>1</sup>. Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do(a) autor(a).

**Dados do autor (a)**

Nome completo RAFAEL FERREIRA RODRIGUES

Email admrodri@gmail.com

**Dados do trabalho**

Título REcria tua vida, sempre: associativismo das mulheres coralinhas da cidade de Goiás (2017-2021)

Tipo:

Tese  Dissertação

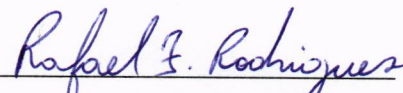
Curso/Programa Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO)

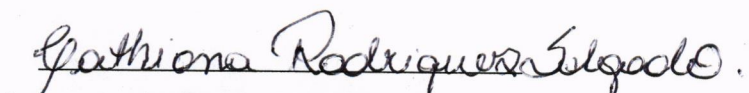
Concorda com a liberação documento

SIM  NÃO

<sup>1</sup>Período de embargo é de até um ano a partir da data de defesa.

Goiás, 06 de setembro de 2022.

  
Assinatura autor(a)

  
Assinatura do orientador(a)

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA FONTE**

Biblioteca Frei Simão Dorvi – UEG Câmpus Cora Coralina

R696r Rodrigues, Rafael Ferreira.  
Recria tua vida, sempre : associativismo das Mulheres Coralinas da Cidade de Goiás (2017-2021) [manuscrito] / Rafael Ferreira Rodrigues. – Goiás, GO, 2022.  
92f. ; il.

Orientadora: Profa. Dra. Tathiana Rodrigues Salgado.  
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, 2022.

1. Economia solidária. 1.1. Associativismo feminino.  
1.2. Geografia humana. I. Título. II. Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina.

CDU: 305.4(817.3)

Bibliotecária responsável: Marília Linhares Dias – CRB 1/2971

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

(Criada pela lei nº 13.456 de Abril de 1999, publicada no DOE-GO de 20 de Abril de 1999) Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
Coordenação de Pós-Graduação Stricto Sensu  
UEG CÂMPUS CORA CORALINA

Av. Dr. Deusdeth Ferreira de Moura Centro - GOIÁS CEP: 76600000

Telefones: (62)3936-2161 / 3371-4971 Fax: (62) 3936-2160 CNPJ: 01.112.580/0001-71

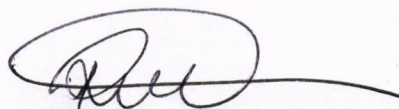
**ATA DE EXAME DE DEFESA 07/2022**

Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois às quinze horas, realizou-se, na UEG – Câmpus Cora Craolina, o Exame de Defesa de dissertação do(a) mestrando(a) **Rafael Ferreira Rodrigues**, intitulado: “**RECRUA TUA VIDA, SEMPRE: ASSOCIATIVISMO DAS MULHERES CORALINAS DA CIDADE DE GOIÁS (2017-2021)**”. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores doutores: Tathiana Rodrigues Salgado (Presidente- PPGEO/UEG), Auristela Afonsa da Costa (PPGEO/UEG) e Tiago Camarinha Lopes (UFG). Os membros da banca fizeram suas observações e sugestões, as quais deverão ser consideradas pelo mestrando e seu(sua) orientador(a). Em seguida, a banca examinadora reuniu-se para proceder a avaliação do exame de defesa. Reaberta a sessão, o presidente da banca examinadora, Prof.(a) Dr.(a) Tathiana Rodrigues Salgado proclamou que a dissertação encontra-se aprovada (X) ou não aprovada ( ) ou aprovada com ressalva ( ) e com as seguintes exigências (se houver):

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Cumpridas as formalidades de pauta, às 18:00 horas a presidência da mesa encerrou esta sessão do Exame de Defesa e lavrou a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da banca examinadora.

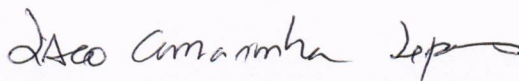
Goiás-GO, 27/06/2022.



Prof.(a) Dr.(a) Tathiana Rodrigues Salgado (Presidente)



Prof.(a) Dr.(a) Auristela Afonsa da Costa (PPGEO/UEG)



Prof.(a) Dr.(a) Tiago Camarinha Lopes (UFG)

*Vive dentro de mim  
uma cabocla velha  
de mau-olhado,  
acocorada ao pé  
do borralho,  
olhando para o fogo.  
Benze quebranto.  
Bota feitiço...  
Ogum. Orixá.  
Macumba, terreiro.  
Ogã, pai-de-santo...*

*Vive dentro de mim  
a lavadeira  
do Rio Vermelho.  
Seu cheiro gostoso  
d'água e sabão.  
Rodilha de pano.  
Touca de roupa,  
pedra de anil.  
Sua coroa verde  
de São-caetano.*

*Vive dentro de mim  
a mulher cozinheira.  
Pimenta e cebola.  
Quitute bem feito.  
Panela de barro.  
Taipa de lenha.  
Cozinha antiga  
toda pretinha.  
Bem cacheada de  
picumã.  
Pedra pontuda.  
Cumbuco de coco.  
Pisando alho-sal.*

*Vive dentro de mim  
Uma mulher do povo  
Bem proletária.  
Bem linguaruda,  
desabusada,  
sem preconceitos,  
de casca-grossa,  
de chinelinha,  
e filharada.*

*Vive dentro de mim  
a mulher roceira.  
-Enxerto de terra,  
Trabalhadeira.  
Madrugadeira.  
Analfabeta.  
De pé no chão.  
Bem parideira.  
Bem criadeira.  
Seus doze filhos,  
Seus vinte netos.*

*Vive dentro de mim  
a mulher da vida.  
Minha irmãzinha...  
tão desprezada,  
tão murmurada...  
Fingindo ser alegre  
seu triste fado.*



*Todas as vidas  
dentro de mim:  
Na minha vida –  
a vida mera  
das obscuras!*

**Todas as vidas  
Cora Coralina**

<sup>1</sup> In memoriam de Dona Conceição, mulher Coralina. “Conceição Gari, que descobriu aos 70 anos que poderia envergar um livro de poemas e uma vez feita a descoberta, nunca mais a abandonou. Ela deu vida à Mulher Cabocla de Cora Coralina. Nesse exercício de vocalização ela experimentou pronunciar o nome de seus orixás, (mesmo sendo evangélica), e deles tirava a coragem para enfrentar plateias, na maioria das vezes, desatentas. Porque afinal, infelizmente, não são muitas pessoas que se sentem confortáveis em ver uma mulher negra e pobre ocupar os palcos dos teatros” (REDE SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO ASCORALINAS)

## **“QUE EU POSSA AGRADECER A VÓS”: TESSITURA DE AFETOS**

Assim como a Cora Coralina, o tempo me ensinou. Ensinou-me a olhar para trás e ter consciência das pessoas que contribuíram e contribuem para ser o homem que sou. À minha mãe, exemplo de força e sabedoria, minha gratidão, através da sensibilidade dela aprendi a ver as pessoas com mais empatia e ser resiliente.

Lembro-me com graça do filme “Encanto” da Disney que insiste em não falar do Bruno, mas, eu quero falar do Bruno, porque assim como o Bruno de Madrigal, o meu Bruno foge às expectativas, ser diferente quase sempre incomoda ou assusta a quem quer dar continuidade às tradições, mas, eu aprecio as singularidades de quem vê o mundo com entusiasmo para inovar. Sou grato pelo companheirismo diário, pelas provocações que despertam o melhor de mim. Obrigado amor! Sem o teu apoio e incentivo constante, essa dissertação não seria possível.

É uma dádiva ter a habilidade de transferir o que se sabe com humildade, construindo conhecimento a partir das teorias, contudo, exemplificando através de experiências e vivências que nem sempre são do emissor, mas, de outras vozes, que também ecoam a própria voz. Essa premissa é pertencente à Tathiana Rodrigues Salgado, mulher, esposa, mãe do Vítor e da “Estrela”, pesquisadora e professora doutora que ensina e inspira a vermos a Geografia através de uma lente mais cotidiana, aplicada, humana. Obrigado Tathi por aceitar guiar a minha caminhada nessa pesquisa, pelo cuidado naquele momento difícil de saúde que passei, por me permitir ficar à vontade, mas, não demais rs, para desenvolver a pesquisa.

Fazer mestrado é uma experiência que marca a vida de quem cursa, que imprime experiências com diferentes afetos, não só bons, mas, importantes. Fazer mestrado durante uma pandemia então, foi algo que não conheço palavras que consigam expressar o que senti, e por isso recorro a Cora, “mesmo quando tudo parece desabar, cabe a mim decidir entre rir ou chorar, ir ou ficar, desistir ou lutar; porque descobri, no caminho incerto da vida, que o mais importante é o decidir assim foi, na incerteza da vida, decidi continuar, e com o apoio dos meus amigos/professores do PPGEIO concluí as disciplinas. Gratidão!

A Auristela e Tiago, por colaborarem através de seus saberes, fazendo ricos apontamentos no momento da qualificação que ajudou a nortear o processo de escrita da dissertação, muito obrigado.

Coralinas, mulheres Coralinas. Serei eternamente grato pela acolhida, por aceitarem o convite de fazer parte desta pesquisa, vocês são a razão dela se concretizar. Gratidão por abrirem o coração, por partilharem as experiências, vivências, dores e sonhos. Com vocês, cresci academicamente e muito mais para a vida. Descobri com cada uma o significado de SORORIDADE, vi e senti, que vocês vivem no sentido mais autêntico da palavra.

## RESUMO

Procuramos com essa dissertação o debate acerca da posição que a mulher ocupa em nossa sociedade, em especial, no ambiente de trabalho. Para isto, traçamos uma pesquisa acerca do processo de associativismo e de inclusão das pautas da economia solidária na associação de Mulheres Coralinas - ASCORALINAS localizada no Município de Goiás - Goiás. Recortamos como marco temporal da pesquisa os anos de 2017 a 2021. O corpus deste trabalho se orienta a partir de uma pesquisa exploratória onde, em um primeiro momento, se levantou dados sobre o associativismo e a economia solidária e em um segundo momento se realizou entrevistas narrativas com algumas mulheres associadas, às ASCORALINAS. Ademais, para endossar a proposta de entrevista narrativa utilizamos a perspectiva de Clandinin e Connelly (2011) em consonância com a proposta de audição de sujeitos para compreensão do lugar de fala dos mesmos, ideia advinda dos estudos de Ribeiro (2017). Destarte, nos filiamos aos imbricamentos derivados da perspectiva da geografia humanista em contato com o método fenomenológico (SUESS, 2017; TUAN, 1982). Como fundamentação teórica, utilizamos os debates de gênero de Scott (1994), Saffiotti (2013), Rubin (1975) entre outros; além de ideias sobre economia, solidariedade apontadas por Singer (2002). *A priori*, observamos a presença de um problema social constituído pela relação da pobreza ao gênero feminino. Para além, observamos como a economia solidária é uma forma de saída para um outro espaço social de inclusão e de partilha de vivências que não necessariamente se dirige apenas a transferência de capital entre pessoas.

**Palavras-chave:** Economia Solidária; Mulheres; ASCORALINAS; Associativismo; Cidade de Goiás.

## ABSTRACT

We seek with this dissertation the debate about the position that women occupy in our society, especially in the work environment. For this, we have drawn up a study about the process of associativism and inclusion of the guidelines of solidarity economy in the Association of Women Coralinas - ASCORALINAS (located in the Municipality of Goiás - Goiás). The years from 2017 to 2021 are the time frame of the research. The corpus of this work is based on an exploratory research where at first data on associativism and solidarity economy will be collected and at a second moment narrative interviews with some women associated with ASCORALINAS will be held. In addition, to endorse the narrative interview proposal we used the perspective of Clandinin and Connelly (2011) in line with the hearing proposal of subjects to understand the place of speech of the same, idea derived from the studies of Ribeiro (2017). Thus, we join the imbrications derived from the perspective of humanist geography in contact with the phenomenological method (SUESS, 2017; TUAN, 1982). As a theoretical basis, we used the gender debates of Scott (1994), Saffiotti (2013), Rubin (1975) among others; in addition to ideas on economics, solidarity pointed out by Singer (2002). A priori, we observed the presence of a social problem constituted by the relation of poverty to the female gender. In addition, we observe how the solidarity economy is a way out to another social space of inclusion and sharing experiences that is not necessarily directed only to the transfer of capital between people.

**Keywords:** Solidarity Economy; Women; ASCORALINAS; Associativism; Town of Goiás.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - População que vive com menos de R\$ 246 ao mês, em %	20
Figura 2 - Levantamento do DIEESE	30
Figura 3 - Finalidade da associação ASCORALINAS	42
Figura 4 - Sala das Mulheres Coralinas (Dia da inauguração)	43
Figura 5 - Fachada Casa Coralina	45
Figura 6 - Distribuição das entrevistas por vinculado na associação	64
Figura 7 - Configuração do trabalho e renda para as Mulheres Coralinas	66

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)	23
Tabela 2 – Distribuição absoluta e percentual dos Sócios em EES por sexo	36
Tabela 3 – Quadro de perguntas	49
Tabela 4 – Chave de correção	51
Tabela 5 – Modelo de Matriz SWOT	52
Tabela 6 – Identificação das entrevistadas	53
Tabela 7 – Matriz SWOT/FOFA	74

## SUMÁRIO

### INTRODUÇÃO

<i>Ajuntei todas as pedras que vieram sobre mim, levantei uma escada muito alta e no alto subi: vistas a introdução da pesquisa</i>	11
---	----

### CAPÍTULO 1

<i>“NÃO DEVO NADA A NINGUÉM”, ENGANO: DEVEMOS MUITO A TODOS</i>	18
<i>Seção 1 - Economia solidária, redes e cadeias de renda na inclusão social</i>	18
<i>Seção 2 - O espaço do feminino e o trabalho</i>	27
<i>Seção 3 - Sistema de fortalecimento de mulheres: grupos solidários e associações de mulheres</i>	33

### CAPÍTULO 2

<i>“ESTA FONTE É PARA USO DE TODOS OS SEDENTOS, TOMA A TUA PARTE”</i>	40
<i>Seção 1 - As Mulheres Coralinas e a Associação As Coralinas</i>	40
<i>Seção 2 - Compreensão dos caminhos trilhados</i>	46

### CAPÍTULO 3

<i>“AQUELA(S) MULHER(ES) A QUEM O TEMPO MUITO ENSINOU”</i>	53
<i>Seção 1 - Ser Mulher, Ser Coralina: território, atuação e identidade</i>	54
<i>Seção 2 - Trabalho, renda e organização na associação de Mulheres Coralinas - ASCORALINAS</i>	61

### CAPÍTULO 4

<i>CONSTRUIR “CAMINHOS PARA O FUTURO” OU LUTAR PARA VIVER O PRESENTE</i>	70
<i>Seção 1 - A reinvenção do espaço para as Coralinas em tempos pandêmicos</i>	70
<i>Seção 2 - Forças, fraquezas, oportunidades e ameaças na associação a partir de narrativas</i>	74

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

<i>UM EXEMPLO DE TRABALHO E CORAGEM</i>	80
<i>Referências</i>	82
<i>APÊNDICES</i>	87
<i>Apêndice 1 - Termo de Consentimento Livre Esclarecido</i>	88
<i>ANEXO</i>	92
<i>Anexo 1 - Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)</i>	93

## INTRODUÇÃO

### **AJUNTEI TODAS AS PEDRAS QUE VIERAM SOBRE MIM, LEVANTEI UMA ESCADA MUITO ALTA E NO ALTO SUBI: VISTAS A INTRODUÇÃO DA PESQUISA**

Antes de adentrarmos as palavras iniciais desta pesquisa, recorro a minha voz para falar das pedras que juntei em minha vida, além da minha percepção da escolha do prosseguimento desta dissertação.

O interesse e a motivação para a realização desta pesquisa se dão em virtude da minha inquietação sobre as questões atinentes às estruturas das relações de gênero e suas ramificações. Tal inquietação é proveniente da minha pesquisa de trabalho de conclusão de curso, de Bacharelado em Administração, onde analisei a importância da participação da mulher na gestão pública municipal, fazendo um diagnóstico das gestões de alguns anos do governo de uma prefeita municipal do município de Mossâmedes. Na pós-graduação, desenvolvi uma pesquisa sobre empreendedorismo feminino. Cursei a disciplina como aluno especial no programa de mestrado em Administração da Universidade Federal de Goiás - UFG, intitulado "Estado, Governo e Políticas Públicas Sociais". No programa de mestrado em Direitos Humanos cursei a disciplina, "Gênero e Sexualidade: (Des) construir conceitos e linguagens". E no programa de mestrado em Letras, da Universidade Estadual de Goiás – UEG, cursei a disciplina "Gênero e literatura". Todas essas disciplinas foram escolhidas para que eu pudesse compreender um pouco mais sobre o que se debatia sobre a questão de gênero em diferentes áreas do conhecimento, ao qual se interligam diretamente a propositura desta pesquisa.

Como servidor público, assessorei a única vereadora existente na Câmara Municipal de Goiás com mandato de 2017 a 2020. Nesse período, colaborei com audiências públicas e criação de leis que asseguram direitos para as mulheres. Ainda, participo como membro no Fórum de discussão de políticas públicas para as mulheres da cidade de Goiás e sou integrante do coletivo feminista G-SEX - grupo de estudos, pesquisa, extensão, cultura em gênero e direitos humanos.

Envolto em ações de mulheres e para mulheres, percebi a necessidade de investimento pessoal em mais pesquisas e mais estudos sobre a promoção e a inclusão social de pessoas que se compreendem pertencentes ao gênero feminino. Assim, observei nesta pesquisa um direcionamento e uma convergência dos

conhecimento acerca de uma política pública para as mulheres (o projeto Mulheres Coralinas) e dos estudos que pude realizar e das experiências que tive em diferentes/divergentes locus de aprendizagem. Nesta convergência, então, constituo a minha voz de pesquisador.

A cabo, a partir das informações dadas sobre minha trajetória, opto, aqui, em abandonar a presença da primeira pessoa do singular e trazer ao texto uma voz pluralizada, pois, agora, acreditamos que pesquisa não se faz só, se faz a partir do conhecimento trazido por outras vozes, vozes estas que sistematizam discussões sobre: a compreensão do espaço feminino, o trabalho, o associativismo e a economia solidária.

Aventamos que, graças ao processo de globalização do regime capitalista, a dimensão social esplanada pelo estudo do espaço, aplicada em trabalhos de debate crítico, sem fins financeiros, tem sido, na atualidade, negligenciada. Rompendo com esse estigma, elencamos, nesta pesquisa, uma retificação da importância da valorização de pessoas, promovendo uma percepção do lugar de onde falamos, de suas condições econômicas e sociais, assim como tensões sócio-políticas. Trazemos para esse trabalho, o debate que se trava sobre o corpo, as tensões sobre gênero, recorrendo a uma espessura teórico-metodológica, proposta pelos estudos da Geografia Humanista, em especial, ao recorte que se trava sobre gênero feminino, economia e renda.

Neste ponto, concordamos que, embora discutir gênero seja importante para discutir dinâmicas socioespaciais, é recente no Brasil a geografia estabelecendo discussões de possibilidades de análises espaciais a partir do recorte de gênero<sup>2</sup>. A essa dinâmica de pesquisa, direcionamos um olhar acerca da ampliação do foco de debate sem excluir o ponto de vista proposto por Santos, que de acordo com Silva (1982, p.80) “combina economia política, geografia, fenomenologia, e análise sistêmica”. Assim,

ao se tentar teorizar é necessário ter uma abertura que permita a

---

<sup>2</sup> Tais trabalhos, encontram expressividade na Universidade Estadual de Ponta Grossa no Paraná, através dos seus programas de mestrado e doutorado em geografia, com uma disciplina de gênero e sexualidades na análise geográfica. Propiciando assim, um debate sobre o estado da arte, no tocante a essa escolha temática, conduzindo a um pensamento sobre as condições/manifestações geográficas sobre um novo olhar crítico. Todavia, ainda não é tarefa fácil trabalhar o espaço como um vetor de normas sociais com relação ao gênero, uma vez que ele não se trata de um pano de fundo, mas, sim de um produtor de significados e reproduzidor de mecanismos.

cada estudioso seguir os seus caminhos filosóficos, epistemológicos e políticos e que ele seja capaz de se adaptar a cada situação com que se defronte. Os grandes modelos podem ser utilizados apenas como referências abstratas, teóricas, mais nunca como uma meta a ser aplicada mecanicamente no trabalho científico, no campo. A observação e a preocupação com a diversificação devem permanecer no raciocínio do estudioso para atenuar o rigorismo dos modelos que quase sempre são bem elaborados, mas em geral contribuem para a alienação (ANDRADE, 2010, p.16).

Com base nas palavras de Andrade (2010), pretendemos com este trabalho fomentar e dar visibilidade à discussão sobre a economia solidária, no que tange ao associativismo feminino. Para tanto, recorreremos a um estudo de caso realizado com o grupo “Mulheres Coralinas” da cidade de Goiás-GO durante os anos de 2017 a 2021. Ora, tal grupo nasceu “como projeto para o empoderamento de mulheres, como iniciativa de combate à violência. ‘Agressões de todo porte, inclusive essa violência simbólica que a maioria das mulheres vive’” (VERDÉLIO, 2018, online).

Reconhecemos como objetivo central desta pesquisa, a proposta de compreensão do papel socioeconômico do associativismo feminino, em especial, da visão das Mulheres Coralinas frente a um sistema econômico solidário e cooperativo. Para tanto, desdobram-se como objetivos específicos: identificar as possibilidades de geração de trabalho e renda proposto no sistema da economia solidária; tensionar um debate acerca do lugar e do espaço percebido no processo de associativismo realizado pelas Coralinas; reconhecer a relação entre espaço local e as práticas de associativismo presentes em narrativas de associadas; discutir sobre as fragilidades e potencialidades que são pertinentes ao sistema do associativismo na cidade de Goiás, através de experiências intersubjetivas.

Partindo dos objetivos de pesquisa e considerando o espaço de atuação das Mulheres Coralinas, bem como o associativismo, procuramos problematizar as seguintes questões: como as Mulheres Coralinas, por meio dos seus trabalhos artesanais e gastronômicos, fazendo o uso do Cerrado, produziram e reproduziram os seus espaços? Ademais, buscando uma aproximação entre a geografia humanística e o método fenomenológico espera-se, responder outros questionamentos: como as Mulheres Coralinas se veem no mercado municipal? Quais os impactos socioeconômicos provenientes do trabalho voltado à atividade associativista? Como elas conseguem promover uma economia solidária entre as associadas? Essas e outras perguntas, tentamos responder na execução do

trabalho.

Para a respostas de tais questões norteadoras, aventamos a hipótese de que o debate sobre o espaço e o território devem ser considerados de forma social e cultural “em que se manifestam as relações e as ideias, transformando em território até mesmo as palavras” (FERNANDES, 2008, p.204).

Para além debatemos nesta pesquisa o processo de constituição do associativismo e a experimentação destas mulheres com o sistema da economia solidária. Em suma, procuramos possibilitar a percepção de que é preciso ter um olhar atento para as transformações do espaço, e mais que isso, estar atento ao modo como estas transformações mudaram a forma do ser humano conduzir seu caminho, criando novos espaços, novas ideias e perspectivas. Assim,

A análise da economia solidária deve levar em conta essa fragilidade tanto quanto essas trajetórias, muitas vezes caóticas e desencorajadoras, das iniciativas. Por outro lado, a análise - e a ação - na economia solidária, demandam uma postura utópica, no sentido de uma exploração das potencialidades que visam ‘a superação dos limites sociais e econômicos impostos na realidade’ (HILLENKAMP; GUÉRIN; VERSCHUUR, 2014, p.11).

Nesta guisa, promovendo uma percepção de múltiplas vozes que ecoam e significam o espaço, a economia e as possibilidades de geração de renda em um coletivo pensado, criado e organizado por mulheres. Para a coleta dos dados optou-se por revisão de material já publicado, e a promoção de uma pesquisa empírica contendo entrevistas realizadas com 13 mulheres associadas ao coletivo.

As entrevistas realizadas seguiram os postulados da entrevista narrativa, o qual consiste numa possibilidade de audiência dos *locus* de dizibilidade de cada mulher. Possibilitando que, a partir das narrativas falemos com elas e não para/no lugar delas. A esse respeito, o modelo da Pesquisa Narrativa (Entrevista narrativa - EN) enquadra-se em uma das inúmeras possibilidades de execução de pesquisas na contemporaneidade, pois nos abre caminho para a possibilidade de ouvir outras vozes e através delas criarmos debates críticos sobre determinado assunto, abordado na entrevista. Consideramos a narrativa, espaço de retomada dos acontecimentos, das memórias, dos saberes e dos desejos, um espaço bastante interessante para a construção de debates, e problematização do lugar de fala dos indivíduos (RIBEIRO, 2017).

Autores como Clandinin e Connelly (2011) elegem a entrevista narrativa como um modelo de pesquisa não positivista, mas humanista. Um método que as ciências humanas utilizam para compreender/aprender, com as experiências dos outros, uma forma de capacitação e de criação de repertórios, uma possibilidade para que possamos agir em meio à truculência social e demográfica. Para além, um sistema metodológico que nos permite, também, nos inserir no ambiente pesquisado e não colonizar os ditos dos entrevistados, mas promover uma construção valorativa, uma leitura das possibilidades com as Mulheres Coralinas.

Entretanto, em tempo de crise sanitária, acarretada pela pandemia mundial do vírus sazonal do novo COVID19 (coronavírus), nos anos de 2020 a 2021, tivemos que aprender a reinventar e configurarmos nossas dinâmicas de espaços e de construção social. E com o distanciamento social, a entrevista realizada teve que ser pensada de forma a chegar até as mulheres, para isso, utilizamos três modelos de coleta, a primeira se dirige a utilização da ferramenta do WhatsApp - envio de áudios com perguntas e respostas; a segunda a partir do estabelecimento de videochamadas a partir da ferramenta do Google Meet; a terceira com visitas, em espaço sugerido pela entrevistada, seguindo todos os protocolos de saúde advindas da Organização Mundial de Saúde (OMS).

No que tange a coleta de dados bibliográficos, selecionamos Dissertações e Teses presentes na consulta pública da Biblioteca Brasileira de Dissertações e Teses (BDTD) e o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Para a consulta do material já publicado optamos pelas seguintes palavras chaves: <Mulher> + <Economia>; <Economia solidária> + <Geografia humanista>; <Fenomenologia> + <Mulheres>; <Mulheres> + <Economia solidária>; <Gênero> + <Distribuição de renda>; <Redes de renda> + <Inclusão feminina>.

Em uma primeira busca encontrou-se um total de mais de nove mil publicações, publicações potenciais para revisão. A partir disso, definiu-se como critérios de exclusão, estudos que não estabeleceram relação entre a perspectiva teórico-metodológica adotada. Assim, em uma segunda busca, mais detalhada, realizada a partir da leitura da proposta das pesquisas, selecionou-se duzentos e três publicações, das quais balizaram nosso olhar inicial acerca do lócus de enunciação que estamos problematizando. Das 203 pesquisas, nos dedicamos a uma leitura detalhada de vinte dissertações/tese.

A respeito da leitura, essa pesquisa se diferencia de todas as conhecidas por propor uma pesquisa de campo que investiga uma realidade local vivenciada por mulheres, a partir dos postulados teóricos da geografia humanista e da economia solidária na geração de renda e criação de cadeias de trabalho e inclusão social. Investigamos como se dá o processo de opressão feminina inserido em um contexto da sociedade de classe, demonstrando o espaço como ferramenta de luta de classe, as estruturas de poder entre os gêneros, pois, a luta social apresenta-se como uma luta pela produção social do espaço (LEFEBVRE, 1991). O que, conforme apontado por Priore (1994, p.13), “o território do feminino na história não é um lugar sereno, onde a mulher se locomove sem riscos, e onde o confronto e o conflito não imprimem suas marcas”.

Apresentamos no primeiro capítulo o levantamento do estado da arte, no que concerne ao debate sobre a economia solidária em oposição ao sistema capitalista de trabalho e renda, a discussão sobre a percepção do gênero feminino acerca do mercado de trabalho e as (im)possibilidades de trabalho acionadas ao sistema mundial do capitalismo, além de mostrarmos uma possibilidade de inclusão de criação de vínculos proporcionados pela economia solidária em propostas de trabalho e renda para mulheres.

Numa segunda parte, abordamos uma narrativa acerca do projeto das Mulheres Coralinas, bem como a criação do associativismo pensado e gerido por mulheres. Neste capítulo, tecemos sobre os recortes e as tensões metodológicas que utilizaremos para a criação da dissertação, em especial para a construção/captação das narrativas apresentadas pelas mulheres.

No terceiro capítulo propomos o reconhecimento acerca do pertencimento das mulheres com a associação, bem como as tensões presentes no debate sobre espaço e território. A partir disso, tecemos considerações sobre a prática do trabalho feminino e as vivências de cada mulher. Ademais, levantamos um gráfico estatístico para cruzarmos o debate da prática do trabalho e renda desempenhada por cada entrevistada.

No último capítulo, projetamos um paralelo entre potencialidades e fragilidades encontradas na associação de mulheres. Para isso, apresentamos, num primeiro momento, dados que demonstram um fluxograma da associação bem como, o processo de aproximação com narrativa de algumas mulheres. Para isto

nos valeremos do sistema de análise SWOT. Além disso, procuramos mencionar as potencialidades de percepção e geração de renda em contrapartida ao período que vivemos acarretado pelo Coronavírus, debruçando sobre a reinvenção do espaço vivido das mulheres, o espaço coletivo da sala das Carolinas, presentes no mercado municipal e as práticas de inclusão de novas mulheres para o fortalecimento de uma economia fomentada/pensada/produzida por mulheres.

## CAPÍTULO 1

### “NÃO DEVO NADA A NINGUÉM”, ENGANO: DEVEMOS MUITO A TODOS

A união, a força e a ressignificação nos abriram um espaço para pensar uma nova realidade social e contemporânea trazida por princípios pós-humanistas que primam sobre o desenvolvimento do bem-estar populacional, a boa gestão da vida e a distribuição de renda justa. A partir de um viés humanista, do sentimento de pertencimento e de necessidade de contribuição para o desenvolvimento populacional, irrompe-se o movimento da economia solidária e das políticas de distribuição igualitária de trabalho e renda.

No ensejo, ao levantarmos voz sobre o eixo temático do desenvolvimento populacional a partir de princípios de distribuição igualitária de trabalho e renda, nos filiamos aos postulados teórico-metodológicos traçados na geografia humanista que, produz uma aproximação entre o "entendimento do mundo humano através do estudo das relações das pessoas com a natureza, do seu comportamento geográfico, bem como dos seus sentimentos e ideias a respeito do espaço e do lugar." (TUAN, 1982, p. 145)

Ao lançar mão deste debate, sugerimos uma leitura geográfica a partir do aporte fenomenológico ao qual, dentro do processo de criação/geração de um *locus* de debate tenciona "(...) tudo aquilo que, do mundo externo, se oferece ao sujeito do conhecimento, através das estruturas cognitivas da consciência" (SERPA, 2001, p.36). Para compreender essa abordagem de economia e espaço mencionamos a necessidade de "reunir o maior número de elementos possíveis que tratam dos valores, das significações e das associações construídas por um grupo social" (GOMES, 1996, p. 314).

Por via de um panorama a se fazer, trataremos neste capítulo as relações oriundas do trabalho, da renda, da dignidade humana e do debate de gênero.

#### *Seção 1 - Economia solidária, redes e cadeias de renda na inclusão social*

O sistema econômico brasileiro consolidou em todo território do Brasil uma lógica de mercado neoliberal e capitalista, no qual a população trabalhadora deve assumir o papel de autogestor de suas ações e suas dinâmicas jurídicas. Tal

movimento possibilita ao empregador um alto índice de produção e giro de capital, focalizado na maior taxa de mais valia com a menor taxa de comprometimento com saúde, condição de trabalho e valorização salarial dos prestadores de serviços. Sobre isto,

a mundialização assumiu, portanto, as características básicas do capitalismo monopolista no final do século XX, integrando o capital na escala mundial, criando as empresas mundiais. Ou seja, a ordem é produzir em qualquer lugar do mundo onde as possibilidades de redução de custo e acesso ao patamar tecnológico vigente sejam possíveis (OLIVEIRA, 2005, p. 115).

Neste sistema de concentração de grandes fortunas na mão de poucos, encontra-se a maior taxa de desemprego, adoecimento, analfabetismo e fome. A preocupação, por via do sistema econômico, hegemônico, não é o cuidado para com o outro, mas a produção e a rentabilidade. Tal lógica econômica neoliberal e capitalista tem como base a produção máxima de lucro, o que com o passar dos anos e com o avanço tecnológico, possibilitou a retirada de mão de obra humana, concentrando o investimento em máquinas operadas por sistemas computacionais e a redução do número da população empregada no Brasil.

Outrossim, mesmo existindo a asseguaração do direito social ao trabalho e a renda, na Constituição Federal (BRASIL, 1988), observamos, nos últimos anos, um crescimento exponencial da taxa de desemprego e, conseqüentemente, do índice de exclusão social, falta de desenvolvimento humano e fechamento de pequenas empresas.

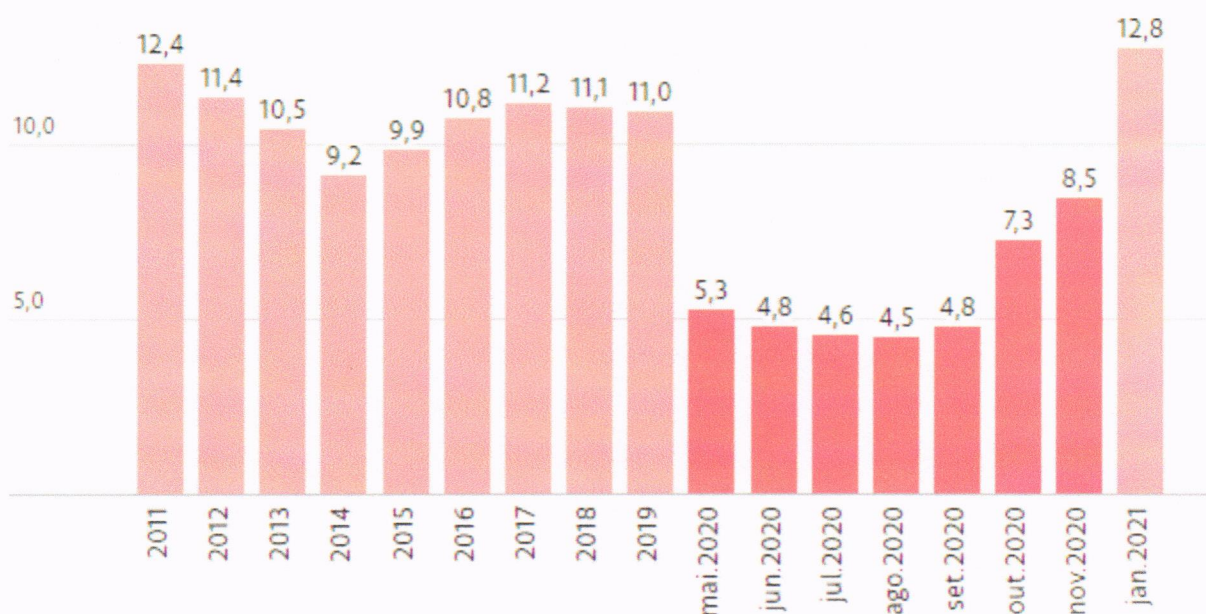
Uma vez mencionado o texto constitucional (normativo e regulatório), recordemos o, então, ideário/slogan da nação brasileira: "Ordem e Progresso". Em uma leitura, à luz do sistema neoliberal e capitalista, a ordem brasileira pode ser lida a partir de um ideário histórico e cultural de necessidade de produção e detenção de bens. A ordem conjectura um sistema jurídico-legal onde grandes senhores são isentos de tarifas/impostos. Pela ordem, cria-se um apartaíde social que deixa a cabo dos ricos o poder de decisões e sanções. Ora, o sujeito, o empregado, está em um processo de subordinação e de necessidade do comando do empregador que dita e normaliza, na maioria das vezes, a exclusão social.

Pensando nos últimos Governos do Brasil, encontramos a intensificação de genocídio contra populações dissidentes/minoritárias, desemprego em massa e falta

de políticas públicas para comunidade carente. Tal marca deixada pelos Governos demarca um plano de concentração de fortunas na mão de poucos e de exclusão da população, fazendo-a refém de um sistema de controle onde o silêncio e a aceitação se enquadre como solução para a sobrevivência. Precipuamente, “o movimento global do capital [que] está de forma permanente influenciando e modificando as relações sociais, as formas econômicas e os valores culturais das regiões” (SOTO, 2008, p. 388).

Destarte, observamos um estudo realizado pela Fundação Getulio Vargas (FGV), que apontou que cerca de 27 milhões de brasileiros estão vivendo abaixo da linha da pobreza, causada pela falta de distribuição de renda e a criação de cadeiras para o desenvolvimento coletivo-social. Vejamos o gráfico deste estudo:

*Figura 1 - População que vive com menos de R\$ 246 ao mês, em %*



Fonte: NERI, 2021

Na figura 1, observamos uma variação de distribuição de renda durante os meses de maio a novembro de 2020. Tais meses, foram marcados na história do Brasil com o auxílio emergencial, ao qual previa o apoio e a transferência de renda para algumas famílias. Ademais, tal benefício só foi possível por uma frente do movimento intitulado de “esquerda política” dentro do governo. Janeiro marca o final do benefício, assim como o recrudescimento de leis de apoio financeiro a famílias

vulneráveis.

Na contramão ao movimento governamental de intensificação de políticas neoliberais e capitalistas, coletivos e movimentos sociais, atentos às mudanças sociais e culturais, militam a favor de uma mudança panorâmica, onde se emprega a necessidade de articulação/organização pública onde haja a oportunização igualitária a todos, direitos basilares assegurados e a garantia sistêmica dos princípios de dignidade humana. Como saída popular ao sistema neoliberal e capitalista, surge como demanda social a proposta da Economia Solidária.

O modelo de Economia Solidária surge a partir dos princípios socialistas, em especial, em paralelo/aproximação com a economia socialista. Destarte,

destaca-se que, da mesma forma que é verdade que nem todas as experiências socialistas podem ser consideradas experiências solidárias, também se acredita que nem todas as experiências socialistas podem ser colocadas no mesmo bojo da crítica ao “socialismo real”, já que muitas instituíram alternativas concretas, pelo menos em escala micro, à economia tipicamente capitalista (CARLI, 2014, p.245).

O modelo de Economia Solidária, pensado no Brasil a partir do sistema político-econômico socialista, possibilita o desenvolvimento de mecanismos de distribuição de trabalho, matéria prima e renda de forma consciente. Tal modelo econômico propicia uma fuga do sistema do capital que monetiza e retira o direito à renda, à comida e à propriedade de muitos brasileiros.

Atualmente, no governo Bolsonaro, a economia solidária, com apoio a famílias necessitadas é uma utopia. Mas, quando observamos o esforço de frentes isoladas, mobilizadas pelos movimentos sociais, notamos o avanço ponderado de um sistema de promoção igualitária na política, o qual propõe o desenvolvimento de famílias. O que podemos ver nesse sistema é uma operacionalização popular e econômica de uma frente solidária, em uma tentativa tímida de tomada do estado máximo com produção de trabalho e geração de renda.

*A priori*, alinhamos a ideia de produção do trabalho e geração de renda a um movimento econômico solidário, onde se configura

outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em

cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda (SINGER, 2002, p. 10).

Nesse sistema, pensamos na produção e no consumo consciente, que é resultado de uma escolha que vai além do produto, uma escolha de confiança, de credibilidade no que é produzido, utilizado, trocado e/ou comercializado. Uma escolha que reconhece a necessidade de fuga do sistema neoliberal do capital que coloca toda a mercadoria em um sistema geopolítico de descarte na sobreposição da transferência de valores, o qual não há preocupação com o consumo consciente ou com o desenvolvimento de pequenos produtores/comerciantes.

A este ponto, concordamos com Singer (2002) quando o mesmo aponta que as experiências traçadas dentro do panorama da economia solidária se condensam em uma outra prática/dinâmica econômica pensada por um núcleo cooperativo, comunitário/coletivo e reformistas da norma hegemônica traçada pela economia de mercado, ou economia capitalista. A referência apresentada por Carli (2014) acerca da materialidade da economia real, transcende a presença de conceitos mais ou menos socialistas, e parte para ser pensada a partir de realidades sociais e a partir de dinâmicas próprias da composição/necessidade apresentada em determinado lugar ou em determinada função empregada no espaço vivido.

A economia solidária cria redes e cadeias onde pode-se perceber a produção de uma cartografia social, construída por princípios de variações geográficas que perduram a partir de um olhar que compreende o espaço vivido e as necessidades de todos aqueles que compõem esse núcleo de possibilidades dissidentes na norma hegemônica.

Ora, as iniciativas de economia solidária, que criam espaços intermediários entre o privado/doméstico e a vida pública, entre o monetário e o não- monetário, preenchem, de fato, três funções intersticiais importantes que podem favorecer a diminuição desses bloqueios. Em primeiro lugar, elas desempenham um papel de justiça de proximidade; ora, esta é essencial diante do caráter multidimensional da pobreza. Em segundo lugar, elas constituem espaços de discussão, de reflexão e de deliberação coletivas; elas se apresentam nesse aspecto como modo de acesso à fala pública para pessoas que geralmente não o têm. E, por meio da expressão e da reivindicação coletivas, elas podem participar da transformação das instituições, quer se trate da legislação ou das normas sociais. Em terceiro lugar, elas contribuem com a re- definição da articulação

entre família, autoridades públicas, mercado e sociedade civil, e participam da revalorização das práticas recíprocitárias; ora, essa redefinição e essa revalorização devem tornar possível que se lute contra as desigualdades intrafamiliares ao permitir que as mulheres, mas também os homens, conciliam melhor vida familiar e vida profissional (GUÉRIN, 2005, p. 17-18).

No sistema de perpetuação da promoção social proposta pelas perspectivas de atuação do eixo da economia solidária, encontramos a concatenação de debates/ações que apontam/direcionam para

a importância dos encadeamentos entre as atividades econômicas e da demanda local no processo de desenvolvimento, ao adensar o mercado local e ao evitar os vazamentos de renda para regiões mais desenvolvidas, entre outras contribuições (RAMIRO, 2009, p. 37).

Podemos compreender o sistema desta economia, com base nas palavras de Ramiro (2010), a partir de um sistema coletivo, que se preocupa com o desenvolvimento social e local, assim como o fortalecimento de vínculos e possibilidades de uma democracia solidária que integra o que correspondente ao “fator C” (cooperação, comunidade, colaboração). Ademais, a economia solidária é composta por diferentes “organizações urbanas ou rurais, de produtores, de consumidores e de crédito, baseadas na livre associação, na posse dos meios de produção, no trabalho cooperativo, na autogestão e no processo [...] democrático” (CULTI, 2010, p. 33).

O que abre vazão a uma rede de pessoas envolvidas e que trabalham em prol de causas locais e sempre em consonância com as necessidades de um coletivo, gerido por uma base livre de práticas extrativistas e de renda aplicadas por um regime diferente da mais valia do sistema capitalista.

No Brasil, os movimentos de economia solidária com maior visibilidade são compostos por associações, grupos (in)formais, Cooperativas e Sociedade Mercantil. Vejamos sua distribuição em dados captados do projeto do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES):

*Tabela 1 - Distribuição de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)*

Forma organizacional	Total	%	% - Cumulativa

Associação	11.823	60,0	60,0
Grupo informal	6.018	30,5	90,5
Cooperativa	1.740	8,8	99,4
Sociedade mercantil	127	0,6	100
<b>Total</b>	<b>19.708</b>	<b>100</b>	

---

Fonte: SILVA; CARNEIRO, 2016, p.73

Tais formas organizacionais são compostas por estruturas específicas de organização, observemos uma catalogação/definição dos princípios aplicados em cada uma:

**Associações:** As associações são definidas pela Lei nº10.406/02, do Código Civil. Tal lei dispõe sobre uma organização de pessoas para fins econômicos/não econômicos. Ainda, de acordo com a Constituição (1988), as associações são imbuídas de direitos destinados à liberdade do exercício de determinada atividade descrita em sua criação, e desenvolvidas por um agrupamento de pessoas com a mesma finalidade comum. Para além, as associações, são compreendidas por pessoas jurídicas e de direito privado, uma vez que as associações são pensadas em um sistema de estatuto e por um princípio de definição do bem comum;

**Grupos informais:** Os grupos informais, ao contrário das associações, são definidos por pessoas, em um agrupamento, definido em um sistema informal. Ou seja, não seguem a lógica jurídica dos movimentos estruturais de uma organização. Tais grupos, geralmente são formados por iniciativas/necessidades sociais apresentadas em um determinado espaço, sócio-temporal;

**Cooperativas:** As Cooperativas, assim como as associações são uma

organização de pessoas agrupadas para determinada função econômica ou social. Ao qual pertence na perspectiva de grupo formal que objetiva o benefício comum, a todos os cooperados;

**Sociedades Mercantis:** As sociedades Mercantis são organizações pensadas/ dedicadas à obtenção de lucro/produtos/serviços. No caso da sociedade mercantil, voltada a economia solidária, se observa a proeminência de mercados/grupos de trocas, além da criação/fortalecimento de redes/cadeias de fortalecimento de famílias e grupos formais ou informais.

Então, na própria composição temática imbricada no conceito de economia solidária. Qual é o sentido atribuído a essa economia? Por que esse tipo de economia compõe um oxímoro capitalista ao aglutinar as práticas de solidariedade?

A princípio, para respondermos essas indagações, acionamos as campanhas de divulgação da economia solidária desenvolvidas pela chefia do ex secretário de economia solidária, do governo Lula, Paul Singer. “A economia solidária é uma outra economia”, ou “na economia solidária é onde uma outra economia acontece”. Ambos as campanhas sinalizam uma regularidade onde a economia não está ligada ao poder do capital, ao sistema de lucro e produção em alta escala para maior expansão. A esta outra economia podemos topicalizar a princípio alguns índices de conceitualização:

- (1) Os procedimentos de reciprocidade, compreendido entre a troca e a união de forças para a produção, o cuidado, o bem estar coletivo, e a valorização do outro enquanto agente de produção e mudança social;
- (2) Formas de viabilização ao qual definem a economia como um princípio que caminha para além da sobrevivência, e sim da vivência, onde pessoas são valorizadas, onde saberes são trocados e onde bens e produtos comportem possibilidades outras de desenvolvimento coletivo- sustentável;
- (3) Fomento em relações de domesticidade na tangência de

uma produção que é levada a sério da mesma forma que em outros processos de produção aplicados no sistema da economia de mercado;

(4) A criação de laços de endogenia que fortificam movimentos populares, sociais e culturais, de forma a criar elos de inclusão e compartilhamento de raízes, ao qual sustenta uma cadeia de ações;

(5) A redistribuição de capital e de produtos de forma a criar mercados de trocas onde a moeda não se corresponde, apenas, ao real. Mas sim a uma cadeia de apoio e autogestão da vida; entre outras.

A esse sistema de economia, encontramos a etimologia grega, *Oikos* que corresponde ao ideário de casa, lar, habitat, entre outros sinônimos e *Nomos* que é empregado para a definição de gestão, do governo, do cuidar de algo. Ora, o termo grego *Oikonomos* abre caminho a um cuidar que pensa na relação com a casa, com o lar, aqui pensando de forma solidária, com o meio ambiente, com a cidade, com o estado e porque não, com o país e com o planeta. A prática do social se correlaciona ao produzir uma economia que cuida não apenas da autogestão pessoal, mas com um mundo de possibilidades sociais e igualitárias.

Entretanto, em oposição do movimento do capital, o sistema de economia solidária necessita de uma engrenagem social de financiamento, no caso composto em diversos nichos, sendo: I) políticas públicas; II) financiadores/incubadoras; III) consumidores; entre outros. Esses nichos que financiam o sistema da economia solidária compõem um sistema de pleito de mudança coletiva que acredita no produto produzido ou que procura uma junção de custos/benefícios. Isto posto, a arrecadação comporta uma organização praticante da economia solidária, devemos levar em consideração duas possíveis estratégias de venda: a primeira que compõem a possibilidade de compra de um bem produzido/realizado com valor abaixo que o valor de mercado e a segunda que reflete o contrário, uma mercadoria com maior valor concentrado, pois partiu de um bem produzido/realizado de valorização de todas as etapas de produção do bem/serviço, dando um retorno justo e igualitário para todos que compuseram o processo de composição/confecção de determinado produto. Ora,

o "movimento" da economia solidária não reflete exatamente uma movimentação prévia ou de reivindicações coletivas, mas uma

alternativa de sistematização de opções de trabalho e renda a partir de formas autogeridas de produção, como resistência ao crescente desemprego e à exclusão social de contingentes cada vez maiores da população (LIMA, 2006, p. 308).

A esse ponto, salientamos que ações individuais não promovem a mudança social. Contudo, o que se observa no Brasil e no mundo é um sistema de monopólio, concentração de grandes riquezas, exploração de pessoas e do meio ambiente. Nesse sistema, fábricas, destruição de territórios, despovoamento de locais destinados a comunidades específicas compõe uma das ações de truculência do capital que não abre espaço, ainda, para uma mudança social que o sistema da economia solidária pode causar. Pensar no desenvolvimento geopolítico é de grande valia para todos, porém, não são todos que detém o poder de mudança social, de gestão governamental e de promoção à vida. Ao tensionar o debate sobre o sistema extrativo e predatório da economia de mercado, devemos ter ciência de que o fortalecimento da economia solidária e a inclusão social é um dos princípios para a quebra e para a desarticulação do capitólio do capitalismo neoliberal.

Nesta seara, e pensando no tensionamento sobre o debate de gênero, pensados no interior da pesquisa, como podemos pensar o espaço de definição de mulheres, frente ao sistema econômico? Em especial, como podemos pensar a percepção da economia solidária em uma organização associada?

## *Seção 2 - O espaço do feminino e o trabalho*

Os comportamentos binários, tidos a partir dos papéis de gêneros femininos e masculinos criam uma construção de um espaço de debate definido por (in)certezas sócio-históricas, globais-locais, que remontam o corpo em uma posição instável e modificável. Em outras palavras, é a partir da percepção de comportamentos e de posições que podemos taxonomizar o que pode ser tido como feminino e masculino. A esse respeito,

Quando se afirma que o sexo e o corpo são construções culturais, não se quer em nenhum momento negar a materialidade dos corpos ou a existência de uma diferença anatômica entre homens e mulheres. O que se quer relativizar é o caráter naturalizado e essencializado de um sistema conceitual de relações que equaciona sexo e corpo. [...] é apenas nos interstícios da cultura que o corpo e o sexo produzem sentidos e significados, ou seja, tornam-se “com-

preensíveis” e “inteligíveis” (ALÓS, 2011, p.426).

Assim, a partir da compreensão do gênero, na perspectiva de uma inteligibilidade cultural, podemos caracterizar que as mudanças/mutações sócio-históricas sempre guardam permanências, materialidades que perpassam a constituição da representação de qual é o papel aceitável para cada identidade, para cada espaço e para cada posição que o sujeito ocupa. Diante do exposto, concordamos com os posicionamentos de Butler (2003) quando a mesma, reconhece que estabelecemos práticas discursivas, ou práticas performativas que submetem o gênero a uma determinada carga de sentido, a um determinamos *locus* que tenciona suas regularidades do fazer e ser no mundo.

Nesta perspectiva, as palavras de Joan Scott (1994, p. 13), o debate sobre gênero “não se refere apenas a ideias, mas a instituições e estruturas, práticas sociais e rituais específicos”, que constituem relações sociais, nesse caso, entre homens e mulheres. Assim, gênero não é sinônimo de sexo biológico, trata-se de compreensões produzidas pelas culturas e sociedades.

Deste modo, não basta traçarmos os fatores individuais que perpassam a constituição de um ser (que remontam a história familiar ou atribuir causalidade), uma vez que a discussão sobre gênero requer um olhar crítico sobre vivências intersubjetivas, partilhadas, histórico e socialmente, por pessoas, sujeitos situados no mundo, em um espaço partilhado e/ou individual. Ainda, nas palavras de Silva (2009, p.41-42), a discussão com recorte sobre gênero deve ser realizada da seguinte forma:

a abordagem de gênero exige uma relação entre o universo micro e macro, envolvendo as relações de caráter familiar e social e, portanto, análise do espaço privado e público (...). A utilização do conceito de gênero na geografia deve levar em consideração que é dinâmico, que constrói e é construído pelas experiências e vivências cotidianas espaciais a partir de representações.

Compreendendo a necessidade de um aprofundamento em debates sobre vivências, do espaço, e de materialidades sócio-históricas. *A priori*, ao aproximarmos a geografia humanista e os debates de gêneros, abrimos mão ao tensionamento dos papéis masculinos e focalizamos na vivência e no espaço do debate sobre o “ser mulher”, em especial, materialidades e estigmas arraigados na sociedade contemporânea. Para tanto, partimos da percepção do espaço, que envolvem a:

percepção visual, o tato, o movimento e o pensamento se combinam para dar-nos o nosso sentido característico de espaço, possibilitando a capacidade para reconhecer e estruturar a disposição dos objetos [...] a Geografia Humanística, a integração espacial faz-se mais pela dimensão afetiva que pela métrica. Estar junto, estar próximo, não significa a proximidade física, mas o relacionamento afetivo com outra pessoa ou com outro lugar (CHRISTOFOLETTI, 1985, p.230).

Corroboramos, então, com a ideia de que o espaço é indivisível, integral, uno e múltiplo ao mesmo tempo. A partir dos estudos sobre espaço, apresentados nestes dois recortes, compreendemos o debate sobre gênero a partir de um viés político, cultural, onde a experiência da gestão é vivida por meio de uma coletividade, numa esfera social que estabelece e requer novas propostas para a consolidação de uma política de gênero que fomente a capacidade de expansão dos conhecimentos e da valorização do espaço, do contato e na produção de novas possibilidades de construção de saberes e vivências.

Nas linhas das discussões sobre o lugar da mulher, notamos a popularização de afirmativas voltadas ao trabalho feminino, o que possibilita a criação e a produção de diferentes vivências intersubjetivas. Nesta linha, a antropóloga Gayle Rubin (1975) afirma que para podermos problematizar o sexo/ o debate sobre gênero, devemos recorrer a um sistema socio- cultural que se faz presente a partir do debate da divisão sexual do trabalho. A partir do trabalho e renda, observamos a inserção da possibilidade de autonomia feminina, o que promove “habilidade de construir objetivos e valores próprios, liberdade de fazer escolhas e planos, e agir em conformidade com tais valores e objetivos” (ROSENFELD; ALVES, 2011, p. 211).

Para isso, recorrendo às palavras de Carreira, Ajamil e Moreira (2001, p.147), percebemos que,

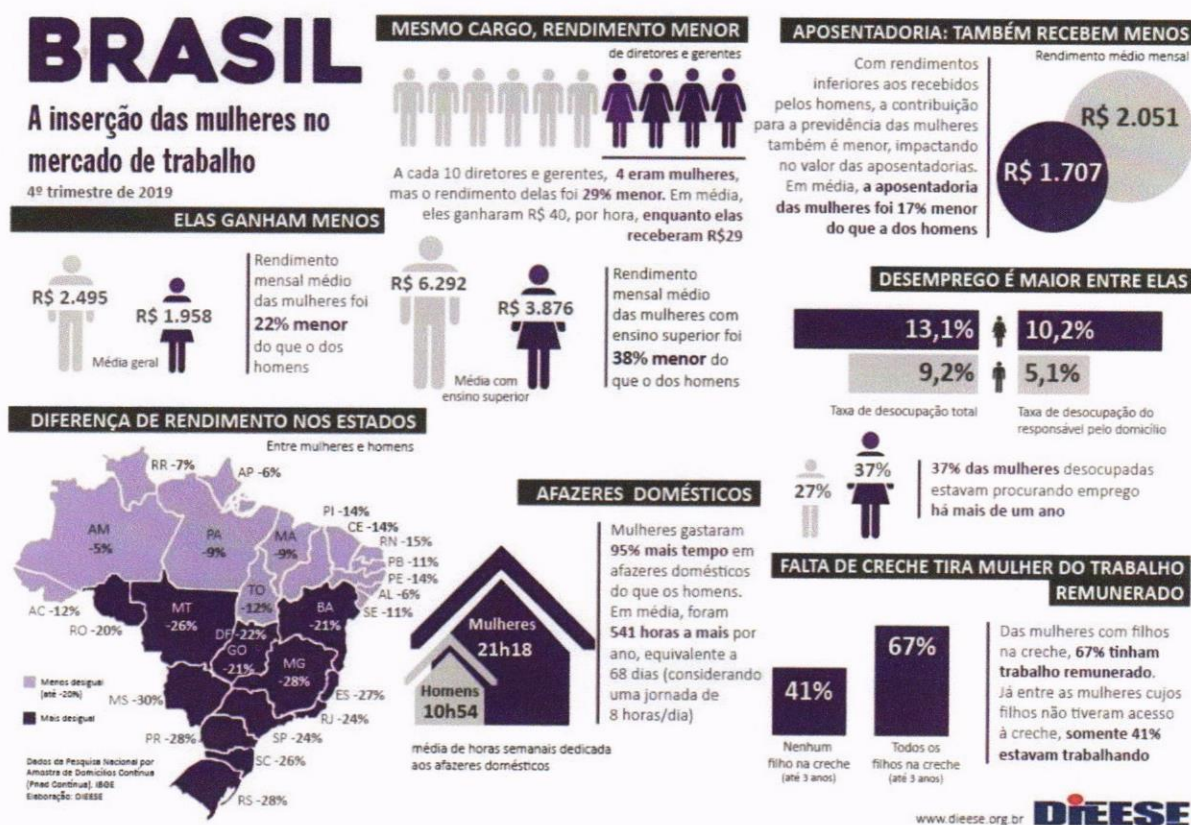
a ampliação do número de mulheres no mercado de trabalho não gerou mudanças significativas em relação a sua função tradicional de cuidar dos familiares e administrar o lar. As exigências continuaram iguais. [...] A essa inserção profissional das mulheres não correspondeu, no entanto, uma contrapartida masculina em relação à divisão do trabalho doméstico.

No debate de ampliação do espaço produzido/autorado por mulheres, encontramos a reincidência de traços coloniais onde, era papel exclusivo dos

homens sustentar o lar, e as mulheres não podiam pensar em ganhar dinheiro, atribuindo-se a elas o papel do cuidar do lar e dos filhos.

Neste sentido, compreendemos um processo histórico que remarca a construção da opressão sobre as mulheres, pois, marcada por uma cultura que permanece incessantemente arraigada a traços/comportamentos machista, em que se valorizava o masculino em detrimento do feminino, gerando, assim, as desigualdades sociais, econômicas e culturais. Sobre isso, vejamos o gráfico elaborado por um estudo realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) no ano de 2019:

Figura 2 - Levantamento do DIEESE



Fonte: <https://mst.org.br/2020/03/11/por-que-o-cooperativismo-e-a-economia-solidaria-sao-instrumentos-de-transformacao/> Acesso em: 19 mar. 2021.

No estudo elaborado pelo DIEESE, notamos a desvalorização da Mulher frente ao mercado de trabalho, bem como os programas de distribuição de renda. Ademais, as mulheres, como aponta o estudo elaborado pelo Dieese, fazem parte

da classe social mais afetada pela falta de políticas públicas e o incentivo à proteção e a inclusão social. No caso, o que se observa no Brasil, em esfera nacional, é um acréscimo de políticas que se pensaram projetadas para mulheres, mas que em suas bases são políticas para a família, o que não garante a proteção e promoção social para mulheres em vulnerabilidade social e econômica.

Neste panorama, Saffioti (2013) aponta certas obviedades e regularidades quando se tangencia o debate sobre trabalho em consonância com o debate sobre a posição da mulher. A isto, “a mulher sofre mais diretamente do que o homem os efeitos da apropriação privada dos frutos do trabalho social” (SAFFIOTI, 2013, p. 73) nesse sistema podemos observar “que a maior exploração de que é alvo a mulher reverte em benefício do homem” (SAFFIOTI, 2013, p. 73).

Ferri e Duarte (2014) apontam para a relação do aumento da pobreza, mulheres e movimentos de exclusão social. Para as autoras, esse movimento assinala um fenômeno intitulado de feminização da pobreza. Este movimento de feminização da pobreza remarca “uma mudança nos níveis de pobreza partindo de um viés desfavorável às mulheres ou aos domicílios chefiados por mulheres” (FERRI; DUARTE, 2014, p. 73). Podemos, então, reconhecer que “as pessoas só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade de gênero” (BUTLER, 2003, p.37). Assim,

Explicar as categorias fundacionais de sexo, gênero e desejo como efeitos de uma forma específica de poder supõe uma forma de investigação crítica, a qual Foucault, reformulando Nietzsche, chamou de “genealogia”. A crítica genealógica recusa-se a buscar as origens do gênero, a verdade íntima do desejo feminino, uma identidade sexual genuína ou autêntica que a repressão impede de ver; em vez disso, ela investiga as apostas políticas, designando como origem e causa categorias de identidade que, na verdade, são efeitos de instituições, práticas e discursos cujos pontos de origem são múltiplos e difusos. A tarefa dessa investigação é centrar-se – e descentrar-se – nessas instituições definidoras: o falocentrismo e a heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2003, p.9).

A permanência de um espaço de interdição feminina, remarca, dentro do mercado de trabalho, uma movente discussão que tenciona a identidade feminina a partir de uma inteligibilidade que reconhece nos seus corpos operacionalizadores que inviabilizam algumas posições em detrimento de um plano social marcado com um constructo cisheteronormativo- machista. Nesse sentido, a posição do corpo

feminino, frente ao debate sobre gênero,

é sempre um feito, ainda que não seja obra de um sujeito tido como preexistente à obra. [...] não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é performativamente constituída, pelas próprias “expressões” tidas como seus resultados. (BUTLER, 2003, p. 48).

Podemos, a partir dos estudos levantados por Butler, afirmar que a posição do gênero feminino não precede a existência de um eu-mítico, originário e conservador de uma regularidade sexual-espacial específica. Gênero, neste ponto, é um marcador da identidade que se produz a partir da (re)produção de atos/ações/comportamentos repetidos em diferentes locais/espacos que sistematizam o que se deve compreender como aceitável ou não, como uma norma ditada a partir de um princípio de rarefação do gênero, que o remonta em diferentes/divergentes significados.

Ao perscrutamos a posição feminina frente ao mercado de trabalho, recortamos uma inteligibilidade de exclusão que garante um “princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher)” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599). Nesse sistema,

a “coerência” e a “continuidade” da “pessoa” não são características lógicas ou analíticas da condição de pessoa, mas, ao contrário, normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas. Em sendo a “identidade” assegurada por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade, a própria noção de “pessoa” se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres cujo gênero é “incoerente” ou “descontínuo”, os quais parecem ser pessoas, mas não se conformam às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas (BUTLER, 2003, p.38).

Afirmamos essa constante social a partir da imanência do que se aplica ao entendimento elencado da materialidade social e das forças de construção dos mecanismos de consolidação do dito “mais produtivo” pensando e gerenciado a partir de forças neoliberais e capitalistas. Nesta perspectiva, concordamos que a “evolução dos papéis no Brasil não se fez em ruptura com o passado patriarcal, mas conservou profundas raízes dele, o que se evidencia ainda numa rígida estereotipia, como, por exemplo, a de carreiras femininas x masculinas” (D’ÁVILA NETO, 1994, p.55).

Recorremos à ideia do duplo cerceamento do corpo feminino apontado por Saffioti (2013). O primeiro cerceamento, segundo a pesquisadora, é composto por uma força superestrutural que permanece em uma sociedade a partir de tradições, no processo de objetificação de uma mulher. O segundo processo de exclusão está no estrato estrutural, o que se situa de forma periférica, em determinadas situações e em determinadas realidades. Nesse sistema,

a divisão sexual do trabalho não tem efeito somente no emprego e na participação diferenciada de homens e mulheres no mercado, mas também afeta a forma como essas relações se difundem na sociedade. A responsabilização da afetividade e do trabalho não remunerado para as mulheres se traduz, na perpetuação das desigualdades de tratamento entre os gêneros (MADALOZZO; MARTINS; & SHIRATORI, 2010, p. 551).

Tais forças, abordam nesse paradigma potências excludoras que desvalorizam o gênero feminino, seja: pela possibilidade de gravidez; aparência de não conseguir aguentar a pressão que um homem aguentaria; ter seus papéis histórico-social atribuído ao cuidado seja este aplicado em casa ou não, entre outras tantas possibilidades que mitigam o potencial de uma mulher frente ao mercado de trabalho.

### *Seção 3 - Sistema de fortalecimento de mulheres: grupos solidários e associações de mulheres*

Diane Pearce, em 1978 publicou um artigo onde se cunhou pela primeira vez o termo “feminização da pobreza”. No trabalho, Pearce (1978) aponta que a pobreza, se dirige ao agravante da má distribuição de renda entre mulheres que perpassam grande parte de suas vidas em trabalhos envoltos na domesticidade do lar, no sustento da casa, trabalhando para o cuidado dos membros de sua composição familiar sem a asseguuração de um trabalho decente. Ao dirigirmos, pois, ao termo feminização da pobreza, o concebemos como,

um fenômeno que pode ser atribuído ao modo de participação da mulher no mercado de trabalho pelos seguintes motivos: (a) há uma prevalência de mulheres trabalhando em tempo parcial ou em regime de trabalho temporário; (b) discriminação salarial; (c) concentração em ocupações que exigem menor qualificação e para os quais os salários são baixos; e (d) participação nos mais baixos níveis da

economia informal. Por este motivo, os estudos sobre feminização da pobreza e mulheres chefes de família/domicílio estarão sempre incluindo indicadores que possam dar conta de sua forma de participação no mercado de trabalho (NOVELLINO, 2004, p.03).

A esse ponto, destacamos o desvelamento do panorama aplicado à distribuição de renda e de perspectiva social entre homens e mulheres. Ora, em um mercado capitalista o tempo é dinheiro. Mulheres que fomentam a casa, a essa máxima do capital, se dividem em várias para conseguirem se adaptar ao sistema que empurra uma necessidade de atuação/modelo de organização.

Necessário acrescentar, ainda, que a mulher, de forma social e cultural, é colocada em panoramas androgênicos ao qual ordena uma logística de organização e distribuição de recursos. Compreendemos a este ponto uma articulação perversa do estado-capital que converge o corpo feminino a um denominador comum, patenteado a partir da perspectiva do macho.

Ainda como apontado por Novellino (2004), a partir da inclusão de novos marcadores de estudo, aos quais se referem à economia solidária, percebemos que ao contrário do difundido em massa,

[...] as mulheres são majoritárias em várias iniciativas de economia solidária, tanto em países do norte quanto em países do sul. Tanto em grupos de produção artesanal ou agrícola, de troca local, finanças solidárias, associações comunitárias quanto no trabalho em cooperativas, sociedades mutualistas ou associações, as mulheres são geralmente sob representadas. Essa observação indica que a economia solidária, que baseia a organização da produção, do financiamento, das trocas e do consumo no princípio de reciprocidade em articulação com outros princípios descritos por Karl Polanyi, como os de mercado, de redistribuição e de autossuficiência, é atravessada por relações de gênero. Resultam então, questões fundamentais como, por exemplo, saber se as mulheres encontram na economia solidária um caminho para a emancipação ou se a solidariedade entre mulheres, muitas vezes pobres, acabam reproduzindo os mecanismos da sua própria exploração (HILLENKAMP; GUÉRIN; VERSCHUUR, 2014, p.11).

Diante desse novo marcador social, concordamos com Scott (1995, p. 86) quando o mesmo aponta que “gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder, ou melhor, é um campo primeiro no seio do qual ou por meio do qual o poder é articulado”. Pois, em nossa perspectiva, o gênero se intersecciona a outros *locus* de possibilidades que abrem caminho a possibilidades de (re)existência que convergem a um panorama de promoção e inclusão social, pensado em cadeias e

redes de apoio.

Ao voltarmos nosso olhar ao tema, podemos reconhecer o debate de Gayle Rubin, no tocante ao tensionamento do ideário que o trabalho, no caso as possibilidades de ascensão a renda e a inclusão a uma organização social, abrem caminho a uma outra forma de reconhecimento social, histórico e cultural. Neste panorama, a economia solidária

consiste em primeiro lugar em corrigir as desigualdades provenientes de um acionamento deficiente dos direitos, em auxiliar as mulheres a melhor converter seus direitos formais em direitos reais. Em segundo lugar, ela consiste em completar esses direitos, cuja neutralidade se mostra insuficiente para abrandar as desigualdades provenientes de sua trajetória pessoal, de seu pertencimento de sexo, de seu pertencimento a um grupo social ou a um bairro desfavorecido (GUÉRIN, 2005, p. 19).

A respeito dessa proposta de equidade de gênero observemos um estudo que teve como perspectiva os nichos de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) adotados no Brasil, em junção com a distribuição de cargos de chefia estabelecido entre mulheres e homens:

- **Grupos informais:** apresentam média nacional de 19 sóci@s, com incremento na região centro-oeste (27) e predominância das mulheres (12,5) sobre os homens (7) em todas as regiões;
- **Associações:** apresentam média nacional de 73 sóci@s, com incremento na região norte (116) e queda na região sudeste (51). Em todas as regiões e nas médias nacionais, há uma vantagem de homens (39) sobre as mulheres (34), com mais equilíbrio no sudeste (26 x 24);
- **Cooperativas:** apresentam a média nacional mais elevada, com 249 sóci@s. Esta média oscila bastante: de 483 no sul a 87 no sudeste. É o segmento com maior preponderância de homens sobre as mulheres (169 x 80). O maior desequilíbrio está na região sul (343 x 140) e o menor na região nordeste (109 x 76) quando a média de mulheres equivale a 70% daquela dos homens;
- **Empresas Mercantis:** representam um segmento pouco numeroso de EES, mas com uma média nacional de 145 sóci@s, perdem apenas para as cooperativas. A supremacia numérica da média de homens (82) sobre as mulheres (63) é atenuada e as mulheres predominam nas regiões centro-oeste e sudeste. (GAIGER, 2014, p. 49- 50, grifos do autor).

A partir dessa lógica de dissidências do valor feminino frente ao trabalho e o fortalecimento dos movimentos sociais, partido em especial de movimentos de fortalecimento feminino e feminista, observamos uma união de forças, ao qual

passou-se a compreender que a equidade, e a solidariedade é uma das formas de construção de laços econômicos, nos quais trouxeram um número expressivo de mulheres para o movimento da economia solidária. Contudo, mesmo com todo esse movimento de quebra de paradigmas e com a presença majoritária de mulheres em EES, ainda são os homens que detêm maioria nos cargos de decisões.

Sobre isto, vejamos um estudo realizado acerca da presença de homens e mulheres presentes no segmentos de trabalhos em EES:

Tabela 2 - Distribuição absoluta e percentual dos Sócios em EES por sexo

Segmento principal	Mulheres	Homens
Agricultura familiar	132	66
Agroindústria	20	0
Alimentação	195	54
Artesanato	896	154
Confecção	178	13
Reciclagem	26	2
Serviços	25	0
Outros	6	0
<b>Total</b>	<b>1.483</b>	<b>286</b>

Elaborado a partir de relatório DIEESE (2019)

O levantamento realizado pelo DIEESE compõem um gráfico nacional sobre a distribuição exponencial de mulheres em chefia e em forma majoritária em alguns segmentos contemplados pela economia solidária. Reconhecemos pois, com cuidado, que esse levantamento nos mostra que a economia solidária é uma das formas de mitigar o sistema de expansão capitalista que retira possibilidade de desvios à norma hegemônica, assinalado na tensão de

reconhecer as desigualdades de gênero existentes na base da organização social, econômica, cultural e política da sociedade e, sobretudo, contribuir para sua transformação, construindo a solidariedade de gênero como plataforma da nova sociedade que queremos [...] [afirmando que] as desigualdades de gênero interagem com outras dimensões estruturantes da vida social, que são a classe, a raça e etnia (FBES, 2007, p. 65-66).

Ao promover essa nova forma de economia e de possibilitar o debate de gênero, a economia solidária possibilita um olhar sobre

as práticas de reciprocidade e de cuidar dos outros não mais enquanto virtudes femininas, mas uma responsabilidade coletiva que contribui para o desenvolvimento pessoal de cada um; ao facilitar a expressão de problemas particulares e a reivindicação de soluções para eles; e, enfim, ao desempenhar um papel de mediação entre diferentes esferas com muita frequência consideradas compartimentadas, as práticas da economia solidária demonstram que a questão da pobreza feminina e, de maneira mais ampla, a das desigualdades entre homens e mulheres não são uma fatalidade, desde que se admita que dependem de uma responsabilidade compartilhada (GUÉRIN, 2003, p. 71-72).

A esse modelo de economia compartilhada entre direitos e entre propriedades igualitárias entre a divisão sexual do trabalho, concordamos com Gaiger (2014, p.97) quando o mesmo chama atenção para que esse modelo de economia possibilita “a defesa de um outro sistema de vida”. Que abre espaço para um novo sistema de produção e percepção do mundo pensado e marcado por experiências do vivido, de forma a valorizar a compreensão de maneiras, comportamentos, dinâmicas socioespaciais e relações estabelecidas com locais (CHRISTOFOLETTI, 1985). Neste ponto de convergência de debates,

os trabalhos das historiadoras feministas abriram o caminho para que se estude não somente a elite, mas também as pessoas comuns, as mulheres e as relações sociais de sexo. Esses trabalhos introduzem a categoria de gênero tal qual definiu Scott, focalizando-se no significado, no poder e no-na ator-a. Ao considerar as experiências das mulheres como um fato histórico que deve ser descoberto e descrito, as mulheres passaram a serem vistas como sujeitos sociais, cujas vidas têm interesse, tanto como membros de suas famílias quanto como trabalhadoras, membros de organizações e movimentos sociais (HILLENKAMP; GUÉRIN; VERSCHUUR, 2014, p.10).

Diante disso, a experimentação do “fator C”, traz à luz do debate o tensionamento da economia solidária no que se concerne a empreendimentos envoltos na perspectiva do associativismo e proximidade ao debate da posição feminina, frente ao sistema adotado por associações.

*A priori*, ao pensarmos o processo de criação do associativismo entre mulheres, não podemos deixar de lado a ideia de economia solidária, através de uma perspectiva de rompimento com o sistema econômico capitalista regido pela cultura patriarcal. Assim, desenhando um modelo de empreendimento que procura a promoção da “noção de liberdade, o reconhecimento da opressão e a ação coletiva das mulheres, como elementos que conferem um nexo interno às variadas dimensões ontológicas dos sujeitos de ação da práxis feminista” (GURGEL, 2004, p. 100).

Nesse movimento, o associativismo da economia solidária (AES) pode ser pensado como uma organização onde há o interesse comum entre pessoa, que se associam-se de forma a integrarem uma organização que propõe o fortalecimento de vínculos e o fomento de ações ou produção cultural, social ou material. A esse ponto, arredamos duas formas de associações, a primeira composta por um sistema informal, assinalado por um grupo de pessoa com os mesmos ideais e com a perspectiva de desenvolvimento socioeconômico, sem a fidelização e a disposição de traços jurídicos que são utilizados em alguns editais de fomento ou formas de catalogação do empreendimento por parte dos marcadores governamentais.

A segunda forma de associativismo é constituída a partir de uma pessoa jurídica, vinculada à figura da associação, empoçada de direitos jurídicos, ao qual deve ser devidamente registrada em cartório e proposta a partir de legislação própria. Ambos os movimentos de composição de associação são pensados a partir da distribuição igualitária dos bens ou de renda produzida pelos associados.

O associativismo tem como objeto em comum, priorizar e valorizar a aptidão e os conhecimentos prévios dos associados, ao qual são valorizados em um “trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna” (conceito de trabalho decente formalizado pela Organização Internacional do Trabalho OIT).

## CAPÍTULO 2

### “ESTA FONTE É PARA USO DE TODOS OS SEDENTOS, TOMA A TUA PARTE”

Neste capítulo abordaremos a problemática e o método utilizado para a confecção desta pesquisa, sendo eles divididos em duas seções.

Na primeira seção, traçaremos um sobrevoo histórico do projeto Mulheres Coralinas e da formação da associação ASCORALINAS. Ademais, em tal momento traremos alguns dados acerca do estatuto da associação, bem como dos espaços que as Mulheres Coralinas associadas ocupam.

Na segunda seção, faremos uma abordagem sobre a configuração do método de pesquisa a partir da problemática entre pesquisa exploratória, método de entrevista narrativa como coleta de dados e levantamento de materiais já publicados, também nos valeremos do conceito da análise SWOT para a confecção desta pesquisa.

#### *Seção 1 - As Mulheres Coralinas e a Associação As Coralinas*

No ano de 2013, surge no município de Goiás, a proposta do Projeto Mulheres Coralinas. Tal projeto visava à criação de laços entre áreas específicas do trabalho como artesanato, cultura e gastronomia, estabelecendo uma articulação de cadeias produtivas e oportunidades de trabalho e renda, a partir da formação de mulheres. Com o objetivo de “tecer laços entre cultura [...] e atividades de capacitação para a autonomia econômica e a emancipação cidadã das mulheres participantes” (SIQUEIRA; CAMARGO, 2016, p.13). Sua execução se deu

a partir de uma emenda parlamentar da então deputada federal Marina Santana, que destinou verba para seu financiamento, pela Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres - Presidência da República por meio do Convênio n. 799578/2013, referente ao Programa 2016 Políticas para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência - Ação 8843. Tendo início efetivo em 2014, o projeto reuniu, na sua execução pela Prefeitura Municipal de Goiás, a parceria entre o Centro Especializado de Atendimento à Mulher Brasilete Ramos Caiado (CEAM) e a Secretaria Municipal de Cultura de Goiás (SIQUEIRA; CAMARGO, 2016, p. 13).

O desenvolvimento do Projeto Mulheres Coralinas se deu entre os anos de 2014 a 2016. No decorrer de sua execução, o projeto contou com a inscrição de 150

mulheres, sendo elas divididas entre os módulos do bordado, da confecção de bonecas, do trabalho com fibras naturais, da gastronomia, do trabalho com argila/barro e da formação cultural. Tais módulos de conhecimento tinham como eixo transversal o debate sobre a obra de Cora Coralina, Cultura popular, Educação Patrimonial, Feminismo, e o desenvolvimento de uma economia popular, processo de associativismo e cooperativismo.

A justificativa para a escolha da utilização da vida e obra de Cora Coralina, como eixo central e rizomático das ações desenvolvidas pelo projeto, submetido no Governo Federal (Governo Dilma), se deu, segundo o projeto, pela possibilidade de debate sobre três esferas da vida - existencial, artística e profissional. Tal escolha proporcionou a percepção do espaço local, no objetivo de compreensão das oportunidades da cidade de Goiás e dos direitos básicos: a proteção, ao trabalho e a renda. Possibilitando uma

articulação entre produção artesanal, leitura, patrimônio cultural e atividades turísticas e culturais (...) [na proposição de] desenhar caminhos de oportunidades para que as mulheres pudessem criar, recriar e produzir uma combinação de atividades de estímulo intelectual, de produção manual, a recuperação de cultural local com o objetivo de promover acesso à renda e às oportunidades de trabalho (SIQUEIRA; CAMARGO, 2016. p. 15).

A seleção das mulheres para comporem o projeto se deu a partir de inscrições e convites realizados pela Secretaria Municipal de Cultura de Goiás e pelo CEAM do município de Goiás. Para a seleção, o Projeto Mulheres Coralinas contou com o apoio de uma Assistente Social que entrevistou e colaborou com a organização de toda a documentação de inscrição das mulheres interessadas.

Na inserção ao projeto, no primeiro encontro com as mulheres inscritas,

Todas as mulheres receberam um kit de material próprio à subárea [doces e quitandas, confecção de bonecas de pano, confecção de peças em palha, fibras e folha, confecção de peças em cerâmica, formação docente e formação e inclusão de garis], acrescentado de material personalizado de identificação do projeto: um livro de poesia de Cora Coralina, uma cartilha com a Lei Maria da Penha em quadrinhos, lápis, camiseta, avental, bolsa e lenço. Elas também receberam os *Cadernos Coralinas*, nos quais constam o conteúdo do desenvolvimento durante sua participação, as orientações específicas de cada módulo e o registro do que foi vivenciado (SIQUEIRA; CAMARGO, 2016, p.25).

O kit inicial demarca indícios de uma identidade visual e da preocupação com a formação de mulheres, para além das áreas de conhecimento relacionadas ao trabalho e à renda. O livro de Cora Coralina sinaliza um investimento na preservação dos escritos de uma mulher goiana. Para além do incentivo à leitura de Cora Coralina, o Projeto Mulheres Coralinas disponibilizou a Lei Maria da Penha de forma a oportunizar uma formação cidadã de mulheres.

Além do processo de formação/capacitação de mulheres, o projeto corroborou com ações diretas e indiretas de oferta de produtos e/ou serviços sociais, educacionais, culturais e turísticos para o município de Goiás, como forma de fortalecer a produção realizada pelas Mulheres Coralinas. Conforme apontado por Siqueira e Camargo (2016), o grupo de mulheres aprenderam a compreender e repensar seus espaços utilizando os recursos naturais e culturais como fonte de criatividade para a produção de artesanato e gastronomia.

Em 2016, encerrou-se o projeto no Seminário de Encerramento do Projeto Mulheres Coralinas: Arremates de Saberes. Tal evento contou com a certificação de todas as mulheres participantes do projeto Mulheres Coralinas. Compreendendo o processo de encerramento do projeto e os conhecimentos adquiridos durante sua realização, as Mulheres Coralinas consolidaram a Associação das Mulheres Coralinas (ASCORALINAS). Assim, o dia de encerramento do projeto foi também o dia de posse da “primeira diretoria da Associação Mulheres Coralinas - ASCORALINAS” (SIQUEIRA; CAMARGO, 2016, p. 189). Em 2016, também, foi lançado o livro de memórias do Projeto Mulheres Coralinas, intitulado *Mulheres Coralinas*.

No estatuto da “Associação das Mulheres Coralinas - ASCORALINAS” encontramos assegurado às finalidades institucionais de tal grupo, sendo:

Figura 3 - Finalidade da associação ASCORALINAS

**Art. 2º A ASCORALINAS tem por finalidades institucionais:**

- I – congregar as egressas do *Projeto Mulheres Coralinas*, bem como novas associadas, prestando-lhes apoio assistencial, operacional e orientação técnica nas atividades que desenvolverem com a mediação da entidade;
- II – promover a cultura popular, as artes e ofícios nas suas várias formas de manifestações;
- III – valorizar, incentivar, divulgar e promover a produção artística, artesanal e gastronômica das associadas, inclusive, oportunizando participações em feiras, exposições ou outros eventos locais, regionais, nacionais ou internacionais;
- IV – apoiar a comercialização da produção artística, artesanal e gastronômica das associadas, viabilizando espaços para exposição e venda de seus produtos;
- V – desenvolver ações, programas ou projetos de desenvolvimento econômico, social, cultural, ambiental e educativo que visem ao exercício da cidadania, ao fortalecimento de práticas de economia solidária e à promoção da qualidade de vida de suas associadas, das comunidades onde estão inseridas e da população de baixa renda;
- VI – promover eventos de capacitação e qualificação, como cursos, oficinas, seminários, palestras, concursos culturais, festivais ou outras iniciativas que afirmem e fortaleçam as artes, o artesanato e a cultura;
- VII – propiciar, às associadas, cursos de qualificação, atualização ou de aperfeiçoamento profissional, nas áreas de sua atuação, bem como promover a inclusão digital;
- VIII – montar e apoiar oficinas de formação, escolas ou espetáculos na área artística, bem como produzir ou apoiar a produção de vídeos, filmes ou programas informativos para veiculação nos meios de comunicação social;
- IX – atuar na área ambiental, podendo realizar a coleta seletiva de resíduos sólidos, como também ações de reciclagem e de educação ambiental;
- X – colaborar na definição, aprovação e na realização de políticas públicas para as Mulheres;
- XI – incentivar o intercâmbio e a cooperação educativa e cultural entre pessoas ou instituições públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais;
- XII – organizar, promover ou participar de encontros, fóruns, seminários, congressos ou outros eventos de interesse da entidade, com foco em temas de interesse das Mulheres;
- XIII – promover e apoiar estudos e pesquisas relativos à geração de renda em arte e cultura, que valorizem os saberes tradicionais nas diversas áreas do conhecimento, podendo captar recursos para o patrocínio de iniciativas nessa área;
- XIV – prestar serviços de capacitação e de qualificação, em áreas das artes, artesanato, gastronomia, leitura e contação de histórias;
- XV – representar os interesses e direitos difusos e coletivos relacionados às finalidades da associação junto a órgãos ou entidades, públicos ou privados, nacionais, estrangeiras ou internacionais, inclusive, judicialmente.

Fonte: Estatuto da Associação, p. 1 - 2

Concomitante com registro legal da associação ASCORALINAS, as Mulheres Coralinas conquistaram um sala 3-B no Mercado Municipal de Goiás. Vejamos:

Figura 4 - Sala das Mulheres Coralinas (Dia da inauguração)



Créditos da imagem: Prefeitura de Goiás<sup>3</sup>.

Nas mediações da sala, a associação ASCORALINAS oferece rodas de conversa e formação para mulheres e para a comunidade da cidade de Goiás. De forma a ensinar alguns ofícios aprendidos durante o Projeto Mulheres Coralinas e, possibilitar um espaço de aglutinamento a novas mulheres ao núcleo de associadas/capacitadas pela associação. Ademais, é discutido, também, em tal espaço, processos de associativismo, do movimento do feminismo, dos direitos humanos entre outros assuntos transversais adotados pela associação ASCORALINAS.

No ano de 2019, a Associação ASCORALINAS realizou a primeira edição do projeto “Saberes das Mãos” em parceria com o fomento do Ministério Público do Trabalho (MPT) de formação para as associadas abrindo espaço, também, para a inserção de novas associadas. Para se associar ao movimento das Mulheres Coralinas uma mulher deveria passar por algum dos círculos de formação (gratuita) oportunizado pela associação ASCORALINAS. Após o término da formação, a cursante poderia solicitar a inclusão na associação de forma que, seu pedido seria votado em assembleia geral com convite aberto para todas as associadas. Em casos positivos, a mulher que solicitou a inclusão na associação passa a compor o grupo

<sup>3</sup> Disponível em: [http://www.prefeituradegoias.go.gov.br/wp-content/uploads/2016/12/coralinas.jpg4 .jpg](http://www.prefeituradegoias.go.gov.br/wp-content/uploads/2016/12/coralinas.jpg4.jpg) Acesso em: 08 fev. 2022.

de associadas das Mulheres Coralinas. Destarte, a mulher que solicitar a sua entrada na associação necessita comprovar vínculos e contato direto com o município de Goiás, pois, deveria cumprir com todas as obrigações regimentais dispostas no estatuto das Mulheres Coralinas.

Em 2020 a associação ASCORALINAS contou com a reedição do projeto “Saberes das mãos”, agora com a inclusão de mulheres residentes do interior goiano. A associação contou com o financiamento promovido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), aproximando mulheres pela plataforma do Google Meet, propondo a leitura de poesias, além de oportunizar a formação de novas associadas que não tiveram o acesso inicial com a formação do projeto inicial, o Projeto Mulheres Coralinas (2014-2016). Tal edição possibilitou um momento de reinvenção do espaço das Coralinas, criando uma cadeia de oportunidades e de produção de novos saberes, assim como o compartilhamento de vivências e histórias com a literatura e com a narrativa pessoal das mulheres cursistas.

Durante o período de outubro de 2020 a dezembro de 2021 a associação ASCORALINAS realizou a construção da Casa Coralina, situada no setor Rio Vermelho na cidade de Goiás. Tal casa foi possível por: 1) doação do terreno; 2) doação de recurso financeiro pelo Ministério Público do Trabalho.

Olhemos a fachada da casa:

Figura 5 – Fachada Casa Coralina



Crédito da imagem: arquivo do autor.

Todas as associadas, de acordo com o estatuto, colaboram com um valor de

10 reais mensais ou 120 reais anual. A contribuição para a associação, assim como 12% do valor das vendas são recolhidos para o investimento no ambiente da loja e na Casa das Coralinas. Ainda, o valor recolhido é utilizado para apoio a alguma Coralina que procure a associação.

Atualmente, ASCORALINAS comercializam os seus produtos no município de Goiás, realizando momentos de formação na casa da associação. Além de comercializar alguns produtos para todo território brasileiro. Para a cidade de Goiás, a associação das Mulheres Coralinas, além de contribuir com o turismo e a percepção da cidade, corrobora com os posicionamentos de Muraro (1967), quando o mesmo aponta que, a participação feminina no trabalho será a libertação da mulher, uma vez que ela, tendo mais segurança econômica, terá também mais oportunidades, mais estímulos, mais satisfações emocionais, mais chance de encontros humanos de todos os tipos, e, portanto, maior riqueza interior.

## *Seção 2 – Compreensão dos caminhos trilhados*

Este estudo tem como objeto de análise as Mulheres Coralinas, em especial a percepção do espaço e do associativismo na geração de trabalho e renda, com o desenvolvimento de uma rede solidária. Ao qual se faz presente o enquadramento teórico-metodológico, o debate sobre gênero, a economia solidária e o fortalecimento de mulheres. Ao lançarmos mão dessa objetivação, consideramos esse estudo como uma pesquisa exploratória e de caráter qualitativo e empírico.

A despeito disso, Marconi e Lakatos (2004, p.279), argumentam que a pesquisa qualitativa “preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano”, apresentando amostras reduzidas, uma coleta de dados que não possui instrumentos estruturados e uma análise voltada para o “conteúdo psicossocial” dos dados.

De acordo com Malhotra (2001), a pesquisa exploratória tem como objetivo definir um problema com maior precisão, ao fornecer critérios e compreensão acerca do objeto a ser estudado. As informações são definidas ao acaso, e o processo de pesquisa é flexível e não estruturado. Geralmente, a amostra é pequena, e a análise dos dados é qualitativa, apresentando, no caso desta pesquisa, alguns gráficos para a compreensão do corpus da pesquisa. A despeito do caráter empírico, corrobora com os posicionamentos de Moreira (2002, p.107) quando o mesmo

argumenta que, "a pesquisa empírica apresenta um caráter de ação, que nos obriga a interagir ou com objetos materiais, ou com pessoas, ou com ambos".

Utilizamos como instrumento de pesquisa, a análise de material já publicado e de entrevistas desenvolvidas com algumas associadas da associação ASCORALINAS, aos quais serão compreendidas a partir da percepção de narrativas do vivido. Pois, compreendemos que as narrativas se materializam como espaço de enunciação das memórias, dos saberes e dos desejos, mencionando e aproximando a percepção de mundo e os processos de subjetividade de cada pessoa a ser entrevistada. Observamos as narrativas por um aspecto social, uma vez que por elas não procuraremos dar voz às Mulheres Coralinas (por compreender no sistema de "dar" voz, um mecanismo colonial que distancia a vivência e os posicionamentos presentes nas narrativas), mas, falar com, trazer as narrativas de forma a criar elos entre a voz dos pesquisadores e a voz das entrevistadas.

Diante disso, optamos por utilizar o modelo de Entrevista Narrativa (EN), pois, compreendemos a mesma como umas das inúmeras possibilidades de execução de pesquisas na contemporaneidade. A EN possibilita a criação de um espaço onde podemos ouvir outras vozes e através delas compreender escolhas que tomamos para nossa interação social. Ainda sobre a EN, Clandinin e Connelly (2011) afirmam que esse modelo de pesquisa não é apenas uma forma de se compreender a experiência vivida e narrada pelo outro, mas, também, um meio de aprendermos com as experiências de outros e nos capacitarmos e adquirirmos repertórios para agirmos em determinadas situações, de forma humanizada e compreensiva. A EN nos possibilita um contato humanista trabalhado em estudos da vertente da geografia humanista, e em especial a fenomenologia, que cria

um arcabouço filosófico que procura compreender as essências dos fenômenos vividos de cada indivíduo ou grupo. Além disso, a fenomenologia tem como perspectiva a crítica às "verdades" consagradas pela ciência racionalista, no qual por meio dela se pode almejar outras formas de conhecer o mundo. Deste modo, por meio do método fenomenológico, considera-se o imaginário dos sujeitos, as fantasias, as representações, as percepções, o vivido e o experimentado. Realiza-se uma leitura apurada do espaço para além do físico natural (SUESS; LEITE, 2017, p.150).

Compreendemos o imaginário e as fantasias, como fonte de enunciação pelo qual o sujeito retoma memórias que não se comportam apenas no grau do

pertencimento com o espaço vivido, mas, com a concepção de local, um local projetado a partir de sentimentos e de possibilidade múltiplas para inclusão e promoção de ações sociais. O método fenomenológico, nos possibilita pensar, a partir das bases teóricas da Geografia, o espaço por um viés humanista, preocupado com a percepção de mundo das Mulheres Coralinas, de forma a problematizar as possibilidades de narração do vivido e experimentado. Assim tencionando questões como o pertencimento, a compreensão dos espaços vividos e compartilhados pela associação, entre outros assuntos.

As EN semiestruturadas foram pensadas a partir de questões esboçadas em estudos feministas (HILLENKAMP; GUÉRIN; VERSCHUUR, 2014), que propuseram uma discussão sobre a necessidade de entrevistas feministas e que promovam a percepção e a reflexão dentro do processo de entrevista. Tencionamos as seguintes questões dentro do processo de entrevista, para além, dentro das análises desenvolvidas nos próximos capítulos:

- Quais são as interações, positivas ou negativas, entre os diferentes "caminhos da emancipação"? Em que condições o modelo de uma esfera produtiva plural, baseado na primazia do princípio de reciprocidade, promove uma re-valorização da reprodução, principalmente pela possibilidade de compartilhar ou socializar as atividades e de des-domesticá-las (ver Barbagallo e Federici, 2013)? Em quais casos a auto-organização das mulheres acaba servindo principalmente para responsabilizar as mulheres pelo trabalho de reprodução social de que o Estado se exonera? Existem casos onde podemos observar uma reorganização da reprodução social sem o questionamento das relações de exploração? Quais são os mecanismos ou fatores chaves (empoderamento coletivo, espaços de deliberação dentro de grupos, espaços femininos...) e quais atores-as (líderes locais, funcionários-as das ONGs de apoio, trabalhadoras-as sociais...) permitem uma interação positiva entre a esfera produtiva plural e a revalorização da esfera reprodutiva? Quais são as contradições que podem existir precisamente nas diferentes concepções de emancipação, inclusive dentro de organizações e de movimentos a favor das mulheres (por exemplo no feminismo liberal em comparação ao popular)?
- Então, como abordar essas interações? Será que elas recaem no âmbito da análise da intersecção entre as categorias de classe, gênero e raça, como mostram os estudos feministas? Seriam elas manifestas em termos de articulação entre as relações sociais capitalistas e as de tipo doméstico, e, nesse caso, em qual escala (não somente local e nacional, mas também transnacional; ver Verschuur 2013)? Ou será que elas permitem a construção de novas relações sociais, e, nesse caso, como qualificá-las?
- Afinal, quais são, de um ponto de vista normativo, os critérios que permitem a definição desses caminhos como "alternativas"?

Deveríamos nos interessar pela autonomia das mulheres, ligada principalmente à emergência de novas formas de ação política? Pelo controle financeiro e técnico dos meios de produção? Pela apropriação “não exploradora” do trabalho e do excedente econômico (Graham, Eden e Özselçuk 2013)? Pela revalorização do trabalho e pela criação de novas formas de riqueza? Trata-se, então, de examinar o fato que produzir de outra maneira permite, às atrizes e aos atores da economia solidária, uma valorização durável de seu trabalho, o que pode levar mesmo a uma contestação dos princípios de avaliação do mercado a partir de uma perspectiva crítica social e ecológica? Ou será que trata-se, principalmente, do reconhecimento das formas de trabalho invisíveis? Como, de maneira geral, combinar as perspectivas feministas com as de democratização da economia? (HILLENKAMP; GUÉRIN; VERSCHUUR, 2014, p.10)

A estrutura da entrevista pode ser verificado no quadro de perguntas a seguir:

*Tabela 3 – Quadro de perguntas*

<b>Questão</b>
1. Qual seu nome?
2. De onde você é, onde nasceu, quantos anos se encontra nessa cidade?
3. Como você pensa o município de Goiás (ou o de residência)?
4. Você acredita que conquistou algum espaço com a entrada na associação?
5. Você se considera uma artesã/cozinheira/professora capacitada pelo movimento das Mulheres Coralinas?
6. Qual sua relação com a matéria prima que utiliza (barro/argila, alimentos/frutos/cerrado, fibras naturais, tecido, linha, agulha, sala de aula)?
7. Pra você, o que é ser mulher?
8. O que é ser Coralina?
9. A quanto tempo você acompanha o projeto/associação Mulheres Coralinas?
10. Qual a importância da associação para você?
11. Você pode me contar como foi sua entrada na associação?
12. O que você compreende como o espaço que vocês dividem?
13. Você se sente pertencente ao movimento das Coralinas?
14. Qual a importância do trabalho e da renda que você retira da

---

associação?

15. Pra você como foi o período da pandemia, enquanto associada  
ASCORALINAS?

---

Fonte: elaborado pelo autor.

A partir da décima quinta pergunta, direcionamos a entrevista para os tensionamentos apresentados pelas associadas e participantes do movimento das Coralinas. Ademais, as EN, tiveram como objetivo aprofundar nosso olhar sobre a vivência intersubjetiva de cada uma das 13 entrevistadas, sendo pensadas de forma a situações múltiplas de compreensão das mesmas questões e de outros posicionamentos inerentes ao grau de percepção do espaço e do lugar de cada uma das entrevistadas (MARCONI; LAKATOS, 2004). Outrossim, as EN nos possibilitaram o desenvolvimento do método, fenomenológico que, tenciona a intersubjetividade de cada entrevistada, e juntamente com o viés teórico da Geografia Humanista, procura mencionar as relações do vivido e do experimentado.

Tomando o pensamento de Merleau-Ponty (1994), podemos asseverar a existência de uma "intersubjetividade" presente nas narrativas coletadas e apresentadas neste capítulo. Ora, no processo de narrar a percepção do que é o ser mulher, as Mulheres Coralinas entrevistadas acionam evidências e vivências que ligam suas falas a experiências individuais e, também, coletivas.

Pensando nisso, podemos apontar, com base em Hall (1999), que a identidade feminina, assim como a masculina, está em constante mudança o qual, possibilita uma invariável teia de relações interligadas a experiências vividas. Sobre isto, devemos compreender que, ao narrar sobre si, as mulheres participantes da pesquisa, constroem materialidades sobre a figura de si e da posição do feminino. Ainda, ao narrar sobre as vivências, as mulheres podem assumir outras identidades e modificar a visão adotada ao início da entrevista. Sobre isto devemos ressaltar que, "dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas" (HALL, 1999, p.13).

Uma vez que vivemos em tempos de pandemia mundial acarretada pelo vírus sazonal do novo COVID19 (coronavírus), onde tivemos que aprender a nos reinventar, a reconfigurarmos determinadas perspectivas e métodos adotados na

vivência dos sujeitos, a compreender nossos espaços de enunciação e a necessidade de educarmos nossas vozes, possibilitamos três formas de audição das narrativas.

A primeira forma de audição consiste na utilização da ferramenta do *WhatsApp* com envio de áudios com perguntas e respostas. A segunda forma, quando optada pela entrevistada, de forma de videochamada realizada pela plataforma do *Google Meet*. Já a terceira forma de coleta de dados será realizada da forma tradicional, seguindo todos os protocolos de saúde. Tais possibilidades de entrevistas serão utilizadas conforme a escolha da participante<sup>4</sup>.

Optamos, pois, por esses três métodos por compreender que cada Mulher Coralina vive uma realidade única, assim sendo, para algumas mulheres o *WhatsApp* e a *Videochamada* é um recurso de fácil acesso. Para outras, o método tradicional é o mais interessante, uma vez que apresenta dificuldades com alguns recursos digitais.

Para a transcrição do material coletado, realizamos a padronização da linguagem com a seguinte chave de transcrição:

Tabela 4 - Chave de correção

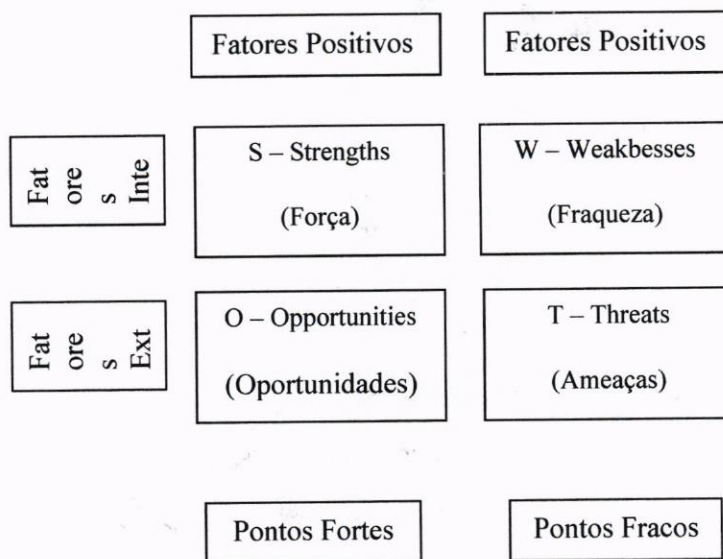
Código	Significado
(risos)	Momento em que a entrevista ri
####	Nomes
(suspiros)	Momento em que a entrevista se emociona
***	Interrupção da fala
(...)	Trecho suprimido

Para além do método de coleta de EN, utilizamos em um último momento desta pesquisa o processo de análise SWOT. Tal método, derivado dos estudos administrativos, consiste no levantamento de forças, fraquezas, ameaças e oportunidades encontradas no levantamento de dados acerca de uma empresa, que

<sup>4</sup> Conta no apêndice desta pesquisa o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido utilizado na pesquisa.

no caso desta pesquisa se direciona a uma associação. Utilizaremos como modelo de matriz para a confecção da análise SWOT a proposta desenhada por Chiavenato e Sapiro, conforme podemos observar abaixo:

*Tabela 5 – Modelo de Matriz SWOT*



Elaborado a partir de Chiavenato e Sapiro (2003).

Destarte, a escolha da análise SWOT surge a partir do conhecimento acerca do debate administrativo do pesquisador proponente da pesquisa. Em linhas gerais, tal sistema de análise possibilita na construção do trabalho dissertativo a organização de um mapa/esquema (auto-explicativo).

Ademais, a análise SWOT realizada nessa dissertação, possibilita a sistematização de inferências e apontamentos apresentadas por associadas ASCORALINAS no tocante às potencialidades, fragilidades, forças e oportunidades.

### CAPÍTULO 3

#### “AQUELA(S) MULHER(ES) A QUEM O TEMPO MUITO ENSINOU”

Neste capítulo iniciaremos o trabalho analítico a partir das narrativas das mulheres entrevistadas. A priori, compreendemos que as narrativas aqui coletadas são reflexos de um tempo e espaço, ora a percepção apontada pelas mulheres entrevistadas se dirige a um momento sócio-histórico e identitário da vida de cada uma.

Nas entrevistas observamos áreas distintas de filiação da mulher entrevistada com a associação, sendo elas: a área da educação (composta por professoras), a área do movimento social (composta por mulheres engajadas com o movimento político, cultural e emancipatório de mulheres), a área do artesanato (composta por mulheres que produzem algum tipo de produto, a área da vocalização de poesia (composta por mulheres que participam dos movimentos culturais de compartilhamento de poesia) e a área da gastronomia (composta por mulheres que produzem produtos gastronômicos). Vejamos, então, a distinção de cada mulher por área:

Tabela 6 – Identificação das entrevistadas

<b>Identificação</b>	<b>Área de ocupação na associação</b>
MC 1	Educação
MC 2	Artesanato - Barro
MC 3	Movimento social - Educação
MC 4	Vocalizadora de poesia
MC 5	Artesanato - Barro e Fibras
MC 6	Movimento social - Educação
MC 7	Movimento social - Educação
MC 8	Artesanato e Movimento social
MC 9	Artesanato - Barro
MC 10	Artesanato - Bordado

---

MC 11	Artesanato - Bordado
MC 12	Artesanato - Barro e Fibras
MC 13	Gastronomia

---

Fonte: elaborado pelo autor.

### Seção 1 - Ser Mulher, Ser Coralina: território, atuação e identidade

Conforme apontado no primeiro capítulo deste estudo, a posição da mulher em nossa sociedade evoca uma matriz de inteligibilidade onde a figura feminina é alinhada à figura do cuidado. Em linhas gerais, o ser mulher é historicamente marcado e atravessado pelo imaginário do ser serviente ou de um ser que, ao procurar o mercado de trabalho, necessita suportar duplas ou triplas jornadas de trabalho. Sobre isto, na entrevista com a primeira Mulher Coralina (MC 1) percebemos a presença de um reforço histórico e social a figura da mulher como alguém encarregada de cuidar. Vejamos:

“(...) aprendi na minha vida que ser mulher é ser uma pessoa cuidadora. Uma pessoa que cuida dos pais, cuida da casa, cuida do marido, cuida dos filhos. Sabe (...) as coisas mudaram, mas ainda a mulher é sempre vista como a pessoa que tem que cuidar. E algumas depois de cuidar da casa, da família, tem que procurar trabalho. Daí, trabalham sempre, muito ainda, em casa, no emprego, com os filhos. (...) É difícil falar o que eu penso que é ser mulher, mas é isso que está na minha cabeça quando você me pergunta sobre o que é ser mulher ... alguém que cuida” (EN - MC 1).

O reforço aplicado a figura de uma mulher cuidadora, demarca um imaginário coletivo em que a imagem do homem se dá a partir da figura do “provedor” e da mulher a da “cuidadora”, sendo as mulheres colocadas em um sistema de “força de trabalho secundário” (VASCONCELOS, 2009, p. 37) de menor importância quando comparado com o fazer de um homem. Pensando nisto, podemos asseverar a existência de uma hierarquização, no qual se estabelecem papéis e atividades “tipicamente masculinas” e “tipicamente femininas” (VASCONCELOS, 2009, p. 37).

Ressignificar o imaginário de menor importância do ser feminino em nossa sociedade é um exercício diário, como apontado pela MC 1, “temos que mudar essa imagem que mulher nasceu para cuidar. Temos nossas escolhas e eu tento entender a de cada uma, mas definir a gente como quem tem que cuidar de tudo é

limitar o que somos” (EN - MC 1). Corroborando com a visão da MC 1, vejamos um recorte da fala da segunda Mulher Coralina entrevistada (MC 2):

(...) durante muito tempo da minha vida eu imaginava que ser mulher era cuidar. Cuidar da família, da casa, dos filhos, do marido. Agora, parece que conversar com outras mulheres, e participar das rodas de conversa me mudou, entendi? (...) Assim, antigamente eu só pensava no outro, no que o outro precisava, e pra mim isto era algo que as mulheres deveriam fazer. Nunca que eu saia de casa sem deixar comida pronta e a casa arrumada. Tinha medo, sabe? Agora eu vejo de uma outra forma, conversando com as minhas amigas [as Coralinas] eu aprendi que a gente não é apenas quem cuida. Temos vontades, temos necessidades e, depois que entrei para o projeto, eu vejo que ser mulher é ser alguém que se preocupa com os outros, mas, ainda mais, consigo mesmo. Ser mulher é questionar e lutar todos os dias, entendi? (EN - MC 2)

O trabalho realizado pelo movimento de formação das Mulheres Coralinas, como apontado na entrevista com MC 2, foi o primeiro passo para a mudança de um paradigma pré-construído, no qual o papel da mulher era vinculado somente com o ato de servir, ou de ocupar cargos secundários em detrimento do homem. Para além, as relações sociais, estabelecidas pela MC 1 e a MC 2, possibilita um campo de problematização, no qual se procura um entendimento acerca do lugar da mulher na sociedade a partir das “relação afetiva que esta estabelece com seus pares (companheiro, filho(s) e familiares)” (SILVA, 2005, p.65).

A prática do cuidado, evoca, a nossa pesquisa o que Molinier (2004), Hirata (2010), Carrasco, Borderías e Torns (2011) e Esquivel (2012) problematizam como a Economia do Cuidado. O debate acerca da Economia do Cuidado, de acordo com as vertentes dos autores acima, se iniciou nos Estados Unidos, a partir do termo/conceito *care* ou *care work*. Em linhas gerais, tal termo/conceito

engloba, com efeito, uma constelação de estados físicos ou mentais e de atividades trabalhosas ligadas à gravidez, criação e educação das crianças, aos cuidados com as pessoas, ao trabalho doméstico e, de forma mais abrangente, qualquer trabalho realizado a serviço das necessidades dos outros (MOLINIER, 2004, p. 227).

Partindo dessa premissa, a economia do cuidado se consolida a partir da necessidade econômica de ações de cuidado ligadas à atenção básica, a preocupação com o desenvolvimento da família e os processos de educação. Sobre a égide de Molinier (2004), tal economia se configura como um setor secundário, no

qual não é valorizado e/ou (bem) remunerado. Ademais, Molinier (2004), aponta que a economia do cuidado consolida um sistema de precarização do trabalho feminino, por apontar uma necessidade devota ao cuidado dos outros e não apenas do cuidado com o desenvolvimento pessoal dos indivíduos.

Pelo viés adotado por Esquivel (2012), pessoas encarregadas de mover a economia do cuidado, são, por vezes, apagadas no sistema social e colocadas em um processo de dependência constante do outro. Esquivel (2012), aponta a inter-relação entre os profissionais do cuidado e a posição de mulheres, os quais assumem tal responsabilidade por intermédio/obrigações historicamente marcadas pela posição feminina em uma família. No caso desta pesquisa, a insurgência de autores que debatem a economia do cuidado chancela, de forma acadêmica, a narrativa de interligação do cuidado com o ser mulher, apontada pelas MC 1 e MC 2.

Ainda, ao ensejamos a possibilidade de compreensão do que é o ser mulher, olhemos a entrevista com a terceira Mulher Coralina (MC 3):

(...) ser mulher é ser um lugar de dor (...) reconheço que pra mim, por ser mulher, eu ando com medo, assim ... Por ser mulher sou uma pessoa preocupada com o ambiente onde estou, com a vestimenta que estou (...) Mas, não é só esse espaço de dor, acredito que o lugar da mulher é, então, um lugar (...) de resignificação, um lugar que não é confortável, mas necessário (...). Assim, atualmente pra mim o lugar da mulher é onde ela quiser, e ser mulher é lutar diariamente contra todo esse preconceito que existe contra nossos corpos, nossos trabalhos, nossa profissão. É isso, eu acho ... (EN - MC 3).

A imagem da mulher, repousada no símbolo do cuidado, abre vazão a outras percepções sobre o ser mulher, a partir do depoimento da MC 3. *A priori*, tal depoimento foi selecionado por sistematizar outra forma de visão do ser mulher encontrado na materialidade das entrevistas realizadas.

A MC 3, ao acionar a ideia da dor a figura feminina, retoma uma matriz de inteligibilidade onde mulheres são vítimas de um sistema machista que pouco pune agressores masculinos. Nesta matriz de inteligibilidade a presença feminina que transgride o seio do cuidado familiar, na sociedade, é punida. Conforme observamos na narrativa da MC 3, a preocupação com vestimentas e locais ocupados abre espaço a uma forma de cerceamento do direito de ir e vir da mulher.

Utilizando dos pensamentos de Charles (1991), podemos recortar a imagem de uma identidade feminina como "fruto de uma construção social, interiorizada e

vivida pela maioria da população” (CHARLES, 1991 APUD FONSECA, 2017, p. 8) a qual operacionaliza a posição feminina como necessária para manter a ordem familiar. Essa aceção evoca uma construção do ser mulher a partir de um sistema onde se operacionalizam “diferentes matizes [de inteligibilidade] ao longo da história” (CHARLES, 1991 APUD FONSECA, 2017, p. 8), aos quais recortam, na sociedade brasileira, uma tradição judaico-cristã de subserviência da mulher perante o homem.

Na linha de dedução da entrevista com a MC 3, a mulher em nossa sociedade ocupa a posição de luta constante/diária contra “a sociedade machista que coloca a mulher numa posição de segunda classe, quando comparada com o homem (...)” (EN - MC 3). Sobre isso, a MC 3 aponta que a luta, no caso a luta feminina é uma luta para garantia de uma posição digna, observemos: “Por isto a luta, temos que lutar para conquistar mais espaços, em especial para sermos reconhecidas. Acho que, assim, somente lutando que podemos ocupar os espaços de decisões” (EN - MC 3).

Corroborando com a ideia de resistência, inerente a posição da mulher, observemos a entrevista realizada com a quarta Mulher Coralina (MC 4):

(...) ser mulher é lutar. Ser mulher é conquistar os espaços, é você, assim, buscar ser respeitada. Então, pra mim ser mulher é lutar o tempo todo para que seus direitos sejam conquistados e garantidos não só de forma individual, mas coletiva. A associação, ela nos possibilitou enxergar que quando eu luto por direitos que são coletivos, eu estou ali sendo contemplada. Então, essa luta coletiva e essa prática de você trabalhar com outra e sempre fazendo juntas, então, isso nos proporciona uma outra percepção de vida que a gente só acredita na prática a partir da experiência (EN - MC 4).

O apontamento da luta como uma ação necessária ao ser feminino, presente na entrevista da MC 3 e da MC 4, evoca o que um movimento que o *Instituto TriContinental de Pesquisa Social* tem abordado a partir do processo de (re)significação do ser mulher na sociedade. Segundo o instituto, a luta das mulheres se dá como um instrumento de resistência e de configuração de um espaço onde, às mulheres não se tenha disponível, apenas, a economia do cuidado como projeto de vida.

A luta feminina, então, pode ser observada como uma resistência à configuração do espaço histórico e social do ser mulher na sociedade. Na entrevista com a MC 4, a mesma nos aponta uma das potencialidades da luta de mulheres, a

luta coletiva por direitos e dignidade. A coletividade, deste modo abre vazão para a configuração de um outro espaço do feminino, onde “mulheres se apoiam e ajudam, na prática, uma a outra a ultrapassar suas crenças limitantes” (EN - MC 4). A prática coletiva evocada pela MC 4 se constitui pelas ações operacionalizadas pelo coletivo de Mulheres Coralinas. Ser uma Mulher Coralina, nas palavras da MC 4, é ter “solidariedade e comprometimento com outras mulheres (...) ter um espaço que podemos conversar, apoiar outras e ser apoiada” (EN - MC 4).

Com relação a fala da MC 4, sobre o processo de (re)descobrimto do ser mulher a partir do contato com a coletividade, observemos o depoimento da quinta Mulher Coralina (MC 5) entrevistada:

Eu acho que eu nunca tinha parado para pensar o que é ser mulher antes da associação. Assim, como posso dizer, eu não tinha o hábito de pensar nas minhas coisas, em como era minha vida. Eu fiquei doente um tempo, sabe. A gente fica preocupada com tanta coisa e acaba deixando nossos sonhos para trás (...) Esse período de doença psicológica acabou quando eu entrei para o projeto das Mulheres Coralinas. Como posso dizer, o projeto me ajudou a pensar em muita coisa e outra, conversar com outras mulheres na mesma situação que a minha me fez poder ter mais força para mim e para os outros. A associação me ajudou a superar isso, e eu aprendi tanta coisa. A gente estudou sobre os nossos direitos e aprendeu a confiar nas outras companheiras. É, ser uma mulher e ser uma coralina é, assim, ser alguém que tem apoio, que pode contar com outras e que apoia outras. Acho que é isto, ser mulher é isto, ser alguém muito especial na nossa vida e na vida de outras pessoas. Ser mulher pra mim, agora, é ser importante (EN - MC 5).

De acordo com a narrativa da MC 5, somente ocupando um espaço de coletividade entre mulheres que a mesma se questionou acerca do que é ser mulher e qual o papel da mulher em nossa sociedade.

A as ações oportunizadas pelo movimento das Mulheres Coralinas, bem como o contato com as outras mulheres possibilitou para MC 5 uma melhora em um quadro de doença psicológica, assim como uma possibilidade de reconhecimento de uma causa social, histórica e cultural ao qual a MC 5 se identificou, a causa do movimento feminista sobre a importância da vida de mulheres e o processo de sororidade. Sobre isto, com base em Silva (2004), o contato entre mulheres, de reconhecimento e compreensão dos espaços vividos, oportunizou para a MC 5 um processo de subversão aos “padrões identitário” (SILVA, 2004, p. 24).

A consciência despertada a partir do coletivo de Mulheres Coralinas,

possibilitou, com base na narrativa da MC 2 e da MC 5, um processo de irrupção com um sistema de opressão e de invisibilidade da própria imagem das mulheres entrevistadas. Destarte, tal movimento de irrupção se deu a partir do fortalecimento de mulheres em um coletivo, a partir de um contato humanizado e com a proposta de ampliação dos eixos de compreensão sobre os debates de dignidade humana e os princípios feministas.

Ratificando a narrativa de importância do coletivo de mulheres presente nas entrevistas mencionadas, atentemos a narrativa da sexta Mulher Coralina entrevistada:

(...) de certa forma, agora eu sou uma coroa (...) Assumir a identidade de uma mulher de fibra, uma mulher destemida (...) [utilizando a identidade] de uma mulher que não tinha medo da língua dos outros, que soube buscar seu espaço na comunidade, com muita dificuldade, mas, hoje ela está aí [Cora Coralina] e a cidade é reconhecida, muito, por conta do nome dela. Então, a gente percebe que as coisas são difíceis, mas que somos capazes de tentar até conseguirmos algo. E se a gente está em uma coletividade (...) não precisa ser tudo muito duro. Assim, (...) quando você está no coletivo as dores são mais fáceis de serem ultrapassadas, as alegrias tem mais sabor (...). Pra mim (...) uma alegria para se viver sozinha não tem sentido, por isso a força do coletivo. As coisas ganham mais sentidos quando se tem outras pessoas para se compartilhar a vivência, formas de ultrapassar as dores e de contemplar o belo do dia a dia. As dificuldades financeiras, no coletivo, podem ser ultrapassadas de certa forma (...). Em grupo, uma fortalece a outra, uma possibilita oportunidades de produção para outra e auxilia a outra que precisa (EN - MC 6).

O coletivo de mulheres das Mulheres Coralinas, de acordo com a entrevista da MC 5 e a MC 6 possibilitou a construção de um território de proteção e de apoio ao ser feminino, uma vez que, em tal território o debate sobre o feminino e a figura da mulher em nossa sociedade ganha força ao ser representado/debatido em uma coletividade, em um espaço de tomada de decisões e de fortalecimento do poder feminino.

Sob o viés da Geografia Humanista, tal narrativa produzida pela MC 6, possibilita a insurgência do debate acerca do território, uma vez que o mesmo, se configura a partir de um sistema de representações simbólicas, históricas, culturais, econômicas e identitárias. Assim, o processo de construção de significação dos espaços e a constituição das Mulheres Coralinas evoca o que Haesbaert (2009) debate sobre as concepções básicas de um território.

Ao lançarmos mão de tal conceito, condensamos a ideia de que, o território

das Mulheres Coralinas propiciam uma aproximação de mulheres a símbolos culturais, de forma intersubjetivo, a processos de consolidação de um sistema econômico e um sistema jurídico-legal, os quais oportunizam a construção de um *locus* físico de desempenho de determinadas funções, assim como um *locus* simbólico, onde saberes e poderes são compartilhados e problematizados.

A configuração do território das Mulheres Coralinas oportuniza a concepção de uma identidade Coralina, no qual mulheres se apropriam de uma carga cultural e simbólica como forma de resignificação dos espaços vividos. Sobre isto, com base nos estudos de Butler (2003), podemos asseverar que a compreensão de identidade e as relações sociais desempenhadas pelo coletivo de mulheres, possibilitam a delimitação de uma matriz de inteligibilidade (BUTLER, 2003) no qual gênero, direito, arte e economia se inter cruzam.

Sobre o processo de resignificação promovido pelo território das Mulheres Coralinas, vejamos a narrativa da MC 2 e MC 5

Aqui em casa eu não podia sair, assim eu podia, mas me sentia mal em sair e deixar as coisas pra fazer (...) De um tempo pra cá, com ajuda das conversas do projeto, eu aprendi a dar valor no que eu faço, a dar valor ao meu espaço. Agora, eu me preocupo com todos, meus filhos, meu marido, mas está tudo dividido. Meu dinheiro ajuda em algumas coisas da casa, mas a maioria das contas é dele, e eu coloquei ele para cuidar da casa também. Com ajuda das outras mulheres eu aprendi que a gente tem direito e que o que fazemos também deve ser respeitado como o que as outras pessoas fazem (EN - MC 2).

(...) eu já tive oportunidade de viajar e dar oficinas do que aprendi com minhas amigas, imagina eu viajando para dar uma oficina. Eu achei muito estranho a primeira vez que eu dei uma oficina. Foi uma experiência muito interessante, eu pensava que ninguém queria aprender nada do que eu sei, mas ficou um monte de pessoas ouvindo eu falar e ensinar como fazer uma flor de coco (...). Esse sentimento de impotência me tirou de um momento onde eu não estava bem, um momento em que estava muito deprimida. Daí o projeto veio como um remédio pra mim, como algo me ajudou a superar alguns desafios e me ajuda diariamente com o dinheiro que tiro da venda das minhas peças aqui na nossa loja (EN - MC 5).

A narrativa da MC 2 e da MC 5 nos possibilita a compreensão da resignificação do território feminino e da sua ocupação no mundo. Ambas as entrevistadas, problematizam um processo de descoberta de si a partir da possibilidade de contato com um coletivo, o qual possibilita a ampliação das redes

de contato social e a ampliação da perspectiva de mundo e da atuação do feminino nele.

O processo de redescoberta de uma potencialidade na atuação das mulheres entrevistadas demonstra que, a partir de um contato coletivo com o debate acerca de saberes pertencentes a mulheres, viabilizou um espaço de atuação destas Mulheres Coralinas a um outro campo de atuação.

Sem pormenorizar, o campo de atuação do feminino, de acordo com a narrativa da MC 2 transcende o campo do cuidado com a família, a qual se possibilitou a partir da troca de experiências e do debate acerca dos direitos das mulheres. Na narrativa da MC 5, o campo de atuação da mesma se expande. Ora, sair para administrar um curso (algo impensável para a mesma) foi possível a partir da formação e do auxílio de outras mulheres que reconheceram na figura da entrevistada uma mulher apta a transmitir o que aprendeu em rodas de conversa, em ambientes de formação e em momentos de trocas de ideias.

Ao que nos cabe, observamos uma ampliação da percepção do Ser Mulher a partir da formação administrada pelo Movimento de Mulheres Coralinas, o qual oportunizou para as participantes a tomada de uma outra identidade. Na narrativa, por sua vez, todas as entrevistadas reconhecem a presença de um ser Coralina aglutinado ao Ser Mulher, o qual possibilita para todas o debate sobre o coletivo e a formação do processo de cooperação e associativismo.

## *Seção 2 - Trabalho, renda e organização na associação de Mulheres Coralinas - ASCORALINAS*

Em *Os Sentidos do Trabalho*, Antunes (2013), debate acerca de uma formação imaginária, embutida pelo sistema neoliberal e capitalista, em que o trabalho é apenas configurado a partir da colocação de submissão e de escalonamento entre indivíduos. Pela lógica de trabalho disseminada no Brasil, com base nos escritos de Antunes (2013), cristalizou-se que o trabalho é apenas a atividade exercitada diariamente (em dias úteis), onde se tem um horário mínimo de oito horas diárias a se cumprir, e que seja realizado em outro local a não ser no ambiente da casa do prestador de serviço. Tal imagem cristalizada do trabalho e da figura do trabalhador sustenta em nossa sociedade uma invenção em que, trabalhos

realizados em casa e/ou modulares as necessidades dos funcionários, são, em grande medida, sub-trabalhos e/ou trabalhos temporários/provisórios.

Quando observamos os debates contemporâneos acerca da definição de sub-trabalhos, a partir do estudo de Antunes (2013), atentamos a vinculação do ser mulher a um ser que por natureza ocupa uma posição de trabalho inferior ao ser homem. Uma pesquisa recente realizada no Brasil (GQ BRASIL, 2022) aponta que a maioria dos homens não aceitam ocupar um cargo inferior ao cargo feminino. Com base nos dados da pesquisa, notamos a cristalização de que mulheres ocupam um setor de inferioridade e informalidade quando observadas a partir dos dados colhidos na pesquisa realizada com homens brasileiros (GQ BRASIL, 2022). Ora, neste ponto de percepção, concordamos com Mészáros (2002, p.301) no qual assevera que, “sob o domínio do capital em qualquer de suas variedades (...) a ‘igualdade de mulheres’ não passa de simples falsa admissão”. Sendo, a igualdade abordada a partir de políticas de inclusão que, em grande medida excluem e cristalizam um imaginário coletivo de subdivisão do trabalho realizado por homens e mulheres.

Neste ínterim, a “literatura [estado da arte acerca do ser mulher e o trabalho] reitera que a desigualdade de gênero é um dos fatores que perpetua as heterogeneidades sociais” (BEZERRA, 2016, p.52) no qual, trabalhos conduzidos por mulheres são visto como subempregos. Dentro desse sistema de estigma a determinados tipos de trabalhos, “circunda o senso comum [que] subjuga as mulheres e favorecem imposições estigmatizantes prevaletentes nos contextos social, econômico, cultural e político” (BEZERRA, 2016, p.52) estipulado a partir da relação entre o trabalho do homem e o trabalho da mulher.

Sobre o que foi dito, atentemos a entrevista da MC 2:

Tem muita gente que acha que trabalho é aquele que você bate o ponto e fica lá, umas oito ou doze horas por dia. Esse tipo de pessoa que imagina isso sobre o trabalho não reconhece que o que fazemos em casa, com os filhos, com a alimentação é trabalho (...) Parece que o que fazemos em casa não é visto, tipo, vejo que o trabalho nosso é desvalorizado a cada instante [o trabalho feminino]. Fiquei muito tempo acreditando nisso, que o que fazia em casa ou as produções das minhas peças não era trabalho. Entendi? Tipo, o trabalho do meu marido era um trabalho, mas o meu não era. Pensava que eu não trabalhava, assim cuidar das coisas, a gente aprende isso bem nova, não é trabalho. Mas aí eu comecei a pensar: se meu marido que tem condições para sustentar a casa é porque eu faço tudo para que ele não precise fazer. Foi quando, com a conversa com as Coralinas, eu percebi que o que eu fazia dentro de

casa também era trabalho. Aí, comecei a falar para o meu marido, meu trabalho também sustenta nossa casa. Tipo, na época eu cuidava de tudo e ainda dava conta de fazer minhas peças (...) meu dinheiro também ajudava em casa, mas eu tinha essa visão que não trabalhava (...) acho que agora tudo isso mudou. Sei que faço meu tempo de trabalho, sei que o que eu faço em casa é trabalho e o que eu vendo é fruto do meu trabalho, tão honesto como o trabalho de quem bate ponto e fica algumas horas por dia fora de casa (EN - MC 2).

Na narrativa da MC 2 notamos a presença de um reforço social e histórico de desvalorização do trabalho desempenhado por mulheres. Na entrevista, notamos dois momentos de compreensão pessoal acerca do que a entrevistada compreende sobre o trabalho. Em um primeiro momento, a MC 2 utiliza-se de uma visão de trabalho a partir da figura de uma tarefa humana desempenhada fora do ambiente domiciliar, sendo composta por regras próprias a cada tarefa desempenhada.

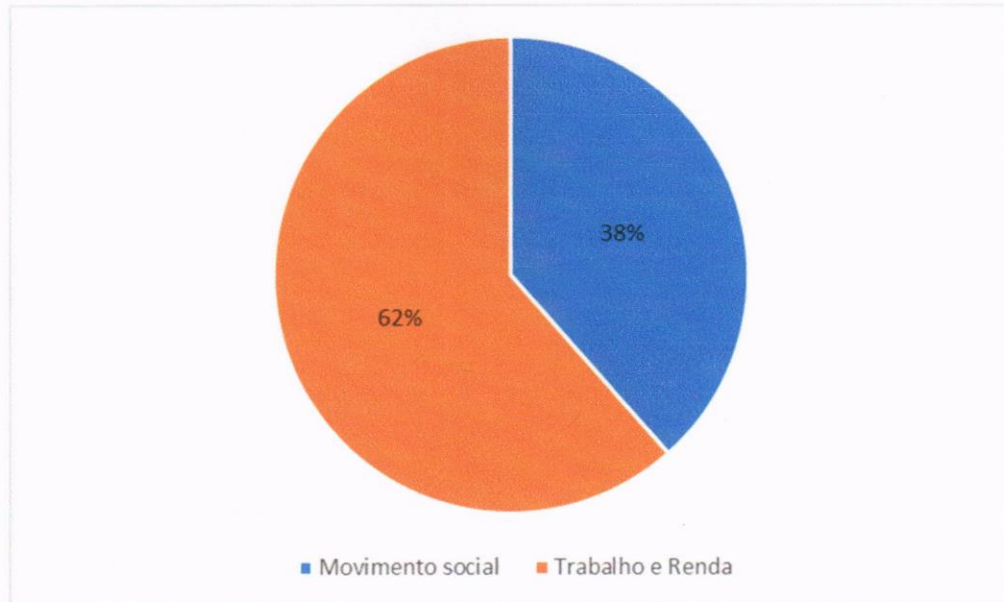
Na percepção inicial sobre o trabalho, a entrevistada demonstra a presença de um reforço em que a “segregação social” e a “marginalização” dos “papéis econômicos” (SAFFIOTI, 2004, p.106) possibilitada por mulheres são, invisibilizados, e por sua vez, tal invisibilização coloca o ser mulher em uma posição de desvalorização as atividade realizadas pelo homem.

Em um segundo momento de percepção de si e do trabalho, a MC 2 problematiza a sua posição enquanto mulher que cuida dos afazeres domésticos, com auxílio de uma formação cidadã oferecida pelo Movimento de Mulheres Coralinas. Na percepção do trabalho, a MC 2 observa que o ato de cuidar da casa e da família é um trabalho que possibilita o desenvolvimento de todo o núcleo familiar.

A quebra de paradigma do trabalho feminino apontado na entrevista da MC 2 é presente na entrevista de 90% das mulheres entrevistadas. Para tanto, esse dado nos possibilita a afirmação de que, no ambiente social onde as mulheres residem há um imaginário coletivo no qual o trabalho feminino é subvalorizado.

No decorrer das entrevistas notamos diferentes percepções acerca do papel da associação na vida da associada e sobre a importância do trabalho e da renda possibilitado pela associação. Destarte, com os dados ofertados pelas entrevistadas, produzimos alguns gráficos que subscrevem o vínculo apontado pelas entrevistadas. *A priori*, vejamos a vinculação apresentada pelas entrevistadas acerca do vínculo entre associada e associação:

Figura 6 - Distribuição das entrevistas por vinculado na associação



Fonte: Elaboração com base nas entrevistas

Na figura 6 podemos notar a separação de dois vínculos, sendo tipificado como 1) Movimento social; 2) Trabalho e Renda. Retificamos que ao se ler Movimento social, pleiteamos a ideia de participação na associação com fins de integração e aproximação de outras mulheres, sem venda de produtos na loja das Coralinas. Já, o vínculo de trabalho e renda se direciona às mulheres entrevistadas que reconhecem seu vínculo com a associação a partir da venda de produtos.

Como diagnosticado no gráfico 2, 38% das entrevistadas apresentam um vínculo com a associação a partir da percepção de um espaço de escuta, acolhimento e empoderamento feminino, no que tange o processo de consolidação do coletivo de mulheres. Para além, as mulheres que se vinculam com a associação a partir de um contexto social, sem fins de produção e captação de renda, asseveram que o espaço da associação ASCORALINAS se configura como um território de luta, de superação e de reconstituição do ser mulher. Como exemplo de tal materialidade, vejamos um recorte da entrevista realizada com a MC 1:

(...) é ... a associação é um espaço diferenciado. Tipo, eu não produzo nada para vender na loja. Mas, eu recebo muito mais que se tivesse vendendo. Assim, espero que me entenda, eu acredito que melhorei muito depois que entrei para o projeto das Mulheres Coralinas. No início, quando eu entrei, vivia triste, com medo de tudo. E depois as coisas mudaram, ter um espaço onde somos ouvidos,

onde podemos dividir algumas angústias e aprender a fazer alguma coisa é muito bom (...) Eu não vendo nada aqui, mas acho que eu ganhei muita coisa, parei de tomar alguns remédios e sinto que minha auto estima está bem melhor (EN - MC 1).

Na narrativa da MC 1, a associação não figura um espaço de retirada de uma renda, contudo, a associação possibilitou a redução de um quadro clínico de depressão/pânico, possibilitando uma economia com gastos em remédios e atendimento com médicos especializados.

Ainda pensando no vínculo da associação a partir de um movimento social, observemos a entrevista da sétima Mulher Coralina entrevistada:

(...) minha participação na associação é diferente. Eu não sou uma associada que vende alguma coisa na loja. Eu tento de alguma forma participar de todas as rodas de conversa e de todos os momentos de formação na associação (...) Eu sou apaixonada por artesanato, acredito que hoje eu não comercializo nada por estar dedicada em outras atividades (...). O que me move estar na associação, já que não desenvolve nenhum trabalho artesão é o prazer de acompanhar o crescimento das mulheres da associação, é poder conversar com algumas em momentos difíceis, é poder contar com um coletivo para reivindicar algumas causas (...) Isso de ver o fortalecimento da associação me move continuar. Tipo, ver mulheres saindo da zona de conforto e do domicílio para conquista de um espaço é muito gratificante (EN - MC 7).

A entrevista com a MC 7 aponta para o estabelecimento de um vínculo com a associação como forma de integração ao movimento de mulheres que, projetam em sua base a integração e o convívio social. Além do dado apresentado na narrativa, observamos a presença de outro operador sócio-cultural para a permanência das MC 4, MC 7 e a MC 8 - a poesia (a possibilidade de contato com a literatura). As mulheres aqui mencionadas apresentam a presença da poesia e da literatura como instrumento de permanência na associação.

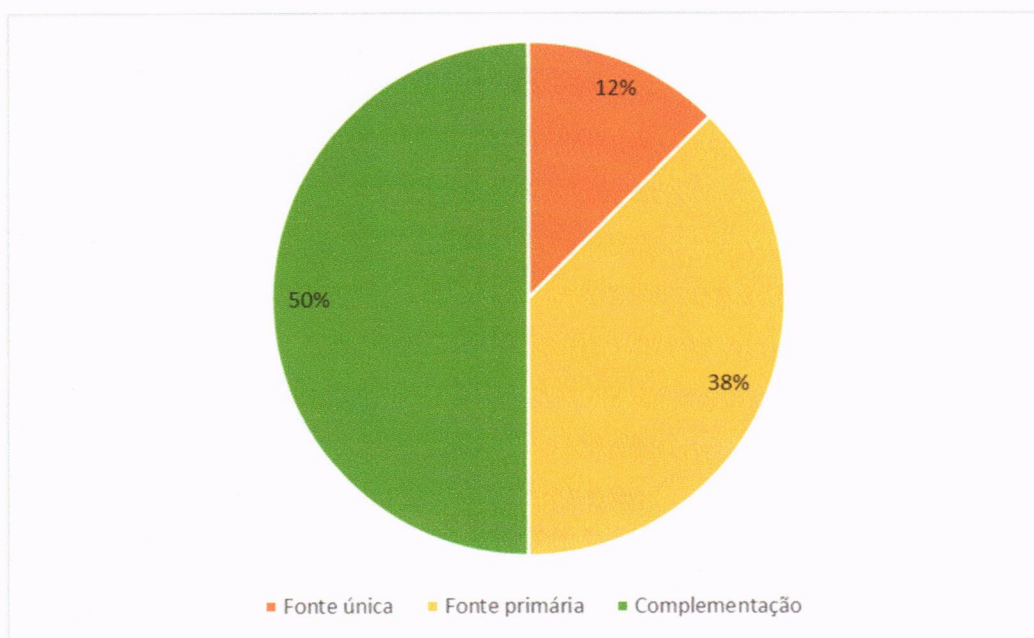
Em contrapartida, conforme consta no gráfico 2, 62% das entrevistadas percebem a associação como espaço de inclusão e de possibilidade de retirada de renda. Por exemplo, na narrativa da MC 5:

(...) pra mim, foi muito importante ... apesar de eu estar aprendendo muita coisa, aprendendo o convívio de uma associação é muito bom. Assim, às vezes estávamos em casa sem perspectiva de trabalho ou de conversar com alguém, então aqui a gente é bem acolhida. A associação representa pra mim, além da oportunidade de trabalho, um lugar de acolhimento, da gente se sentir importante (...) Atualmente eu tiro boa parte do meu dinheiro aqui, da associação.

Mas, é assim, o dinheiro maior que recebo é da venda dos meus produtos na loja, mas eu ainda faço outras coisas por fora, pra completar a renda, tá tudo muito caro né? (EN - MC 5)

Dentre o quadro de percepção da associação como espaço de geração de trabalho e renda, verificamos três distinções, sendo elas compostas pela percepção de: a) mulheres que compreendem a associação como espaço de complementação de renda (aquelas que observam o valor recebido do trabalho e renda como renda secundária, no qual complementa o valor recebido por um outro trabalho, um trabalho primário); b) mulheres que retiram uma renda única da associação (aquelas que retiram a renda somente da associação); c) mulheres que tomam a renda da associação como uma renda primária (aqueles que compreende o valor retirado da associação como renda primária, mas que compõe renda com outros trabalhos secundários). Vejamos um gráfico sobre:

Figura 7 - Configuração do trabalho e renda para as Mulheres Coralinas



Fonte: Elaboração com base nas entrevistas

As mulheres que apontam o trabalho e renda retirado da associação como complementar apontam nas entrevistas a existência do desempenho de uma outra função remunerada. Nas narrativas das mulheres que afirmam compor renda com o valor retirado da venda de produtos da associação, somos guiados a uma percepção do território das Mulheres Coralinas como um ambiente de inclusão de

espairecimento, observemos:

já tô velha né? É, assim, como dizer (...) A associação representa uma oportunidade de me sentir incluída. Eu tenho meu salário, sabe? Mas na associação eu tenho contatos, eu posso dividir angústias, espairecer. As quitandas que eu vendo é, tipo, são uma segunda renda. (...) Minha renda principal é a aposentadoria, mas a renda que eu mais tenho orgulho é do dinheiro que tiro da associação (EN - MC 13).

A MC 13, em sua narrativa, mobiliza uma percepção da associação como ambiente de retirada de uma renda complementar. Nas arguições da mesma, a associação desempenha, para além de um papel econômico em sua vida, um papel de inclusão e revitalização de suas atividades. Para complementar, tomemos a fala da décima primeira Mulher Coralina entrevistada:

eu trabalho (...) na associação e o valor que retiro é bem pequeno. Eu não produzo muito... É, eu produzo minhas peças quando estou em casa ou em algum momento de socialização aqui na Casa das Coralinas. Esses momentos são os que mais gosto, onde conversamos e lemos poesia (...) O valor que retiro da venda eu pago algumas despesas, como o valor mensal que pagamos para a associação, uns 10 reais. Daí o restante eu utilizo para comprar mais linhas, pano, e bordar outras coisas. No início, acho que quando comecei a colocar minhas peças eu vendia mais, mas também produzia mais, me dedicava mais a isso (EN - MC 11).

Em um olhar analítico a percepção do trabalho e renda como complementar, perpassa, na narrativa da MC 13 e da MC 11, uma construção de que a associação representa um espaço de acolhimento e de pequenas vendas de produtos isolados. Para elas, a economia retirada da associação figura, para além da renda explícita, a possibilidade de ouvir, falar e ser ouvida.

Assim como as mulheres que associam a sua presença na associação como forma de inclusão e de vinculação a movimentos sociais, as mulheres que complementam renda na associação compreendem o espaço do trabalho e renda a partir de laços afetivos.

A indicação de algumas coralinas a composição do trabalho e renda retirado da associação como fonte primária ou única é retomado nas narrativas a partir do processo de investimento na produção artesã e na (re)descoberta de alguma potencialidade presente no trabalho administrado na feitura de algum objetivo que

será vendido. Olhemos a narrativa de uma mulher que compreende a associação como espaço de fonte de renda primária:

Minha família me ajuda no dinheiro (...) eles pagam algumas coisas aqui de casa. (...) o dinheiro que tenho, que compro minhas coisas, roupas e viajo é o dinheiro da associação. (...) Eu me dedico muito para fazer minhas peças, assim como eu me dedico 100% com tudo que faço. Só que, não é só o dinheiro da associação que entra pra mim. As vezes eu participo de outras coisas para tirar meu salário (...) Não sou aposentada ainda, então tenho que dar meu jeito (risos) (...) O dinheiro da associação já é um bom valor, mas a gente tem que pagar muita coisa e cada dia tudo tá mais caro. Acredito que é por isso que eu não só vivo com o dinheiro da associação (EN - MC 9).

Em uma contraposição a narrativa da MC 11, a narrativa da MC 9 nos apresenta a constituição do trabalho e a renda retirada da associação como objeto de sustentação pessoal. Nas entrevistas, em divergência as mulheres que apontam o trabalho e renda como renda primária, em comparação com as mulheres que complementam renda, apresentam uma importância na venda de produtos e apresentam preocupações enquanto perfil das peças vendidas.

Para a MC 9, o processo de curadoria e estudo para produção de uma determinada peça possibilitada pela associação reflete diretamente na valorização do seu trabalho. Conforme notamos na entrevista com a MC 9, a valorização é oportunizada pelo processo de precificação realizado em coletivo e de definição de tabela de preços. Sobre isto, vejamos a entrevista da mulher que reconhece o trabalho e renda conquistados na associação como fonte de renda única:

como posso dizer isso ... eu não trabalho em outro lugar a não ser com a associação. Minha renda atual vem somente da associação (...) O valor que eu retiro da associação dá pra me manter, comprar minhas coisas e ainda eu consigo guardar dinheiro para comprar as coisas que me interessa (...). Antes do projeto eu já produzia minhas peças, só que antigamente eu não sabia o quanto de peças que vendia (...) Eu vendia uma quantidade x de peças e recebia um valor fechado, não ganhava muito, mas era o valor que eu utilizava para tentar ajudar em casa. Agora minhas peças são vendidas e eu sei quantas peças foram vendidas, eu sei o que o pessoal gosta e o que sai mais. Uma coisa que eu gosto bastante é estar na sala de venda e as pessoas pegarem minhas peças e dizerem, "nossa essa peça é da ###, ela é muito boa né?". Assim, ganhar meu dinheiro e ser reconhecida é muito importante (EN - MC 2).

Para a MC 2, a associação além de propiciar um território de políticas e

enfrentamento a violência sofrida pelas mulheres, é um ambiente de produção de saberes e uma fonte econômica. Na visão da MC 2, a organização promovida pelo coletivo de mulheres oportuniza um sistema de valorização do trabalho e um processo justo e consciente de precificação de peças vendidas. Na entrevista, a MC 2 aponta como diferencial da associação o processo de nivelamento de valores, de forma que, os produtos produzidos por todas tenham a mesma faixa de preço, o que possibilita uma venda tabelada e nivelada a todas as coralinas que estão produzindo determinado tipo de produto.

## **CAPÍTULO 4**

### **CONSTRUIR “CAMINHOS PARA O FUTURO” OU LUTAR PARA VIVER O PRESENTE**

Neste capítulo abordaremos uma análise acerca do processo de enfrentamento da pandemia por parte das Mulheres Coralinas, ainda, realizaremos uma análise acerca das potencialidades e das fragilidades acerca da associação ASCORALINAS com base nas narrativas colhidas.

Em um primeiro momento realizaremos um debate acerca da reinvenção do espaço das mulheres em tempos pandêmicos de forma a mencionar as entrevistas colhidas e problematizar algumas informações presentes.

Em um segundo momento realizaremos o levantamento de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças presentes na associação, a partir do método de análise SWOT.

#### *Seção 1 - A reinvenção do espaço para as Coralinas em tempos pandêmicos*

Na pesquisa “Sem Parar - O trabalho e a vida das mulheres na pandemia” realizada durante os meses de abril a maio de 2020, acerca da percepção feminina sobre o período de isolamento e ápice da pandemia, somos levados a dados que apontam que o trabalho feminino, subvalorizado, apresentou um crescimento de 50%, quando comparado com outros dados coletados por centros de pesquisa feministas. Na pesquisa, o ser feminino além de ter recebido maior carga de trabalho, passou por um processo de adoecimento físico e mental. Como se sabe, a primeira vítima da pandemia do Coronavírus foi uma mulher que cuidava de uma casa, uma diarista. Ela, Rosana Aparecida Urbano, assim como outras mulheres encarregadas do cuidado, não pode pedir licença do serviço, questionar o sistema de contratação e/ou estabelecer parâmetros familiares e sociais, tais ações puderam implicar diretamente na perda do trabalho e da sua renda e de sua família.

A cabo, deixamos uma pergunta em aberto para os leitores desta dissertação: Que país é esse que vivemos e diz ser igualitário e preocupado com as questões sociais e as questões de gênero? Uma mulher morreu, nada foi feito, nada foi apurado.

Neste pesar, e pensando na associação ASCORALINAS, a dor coletiva provocada pelas primeiras informações acerca dos casos e do agravo da saúde

coletiva foi um dos motivos, apontados para um processo de adoecimento de 60% das entrevistadas. O medo e o pavor da doença e da morte provocada pelo Coronavírus é presente em 100% das entrevistas. Pensando nisso, recorreremos aqui a duas narrativas que demarcam esse processo de medo e um outro processo, o de redescoberta de oportunidades e a promoção de contatos afetuosos: Sobre isso, vejamos um recorte da entrevista da MC 5:

(...) eu passei por um período muito complicado. Nestes dias da pandemia eu comecei a desenvolver síndrome do pânico. No início, quando teve aquele boom de casos, eu me isolei de tudo. Não conseguia nem ouvir chegar uma mensagem no meu telefone, uma notícia no jornal. Eu tinha medo de tudo (...) Além do medo eu tinha pavor de não conseguir pagar as contas, fazer minhas peças, ouvir a morte de alguém próximo (suspiro) (...) Acho que tudo o que tinha melhorado para o psicológico da gente [associadas] foi perdido. Mas daí, recebemos a notícia de que tinha sido aprovado um valor de um projeto para a gente continuar estudando, aprendendo e produzindo coisas. Antes, no início da pandemia, a gente falava nos grupos, isso que não deixava enlouquecer. Daí a notícia veio como um alívio, a gente começou a usar as reuniões para aprender algumas coisas, e o medo passou. Não, não passou tudo, foi um pouco de pavor, mas o medão foi embora. (...) Acho que estar distante e perto, conversando e compartilhando coisas foi a melhor coisa que apareceu, pra mim (EN - MC 5).

Na narrativa da MC 5, notamos a presença de uma tensão compartilhada de forma coletiva. Para a MC 5 a convivência com as outras mulheres foi um dos movimentos de resistência e cura de anseios e medos durante o processo de adoecimento provocado pela pandemia do Coronavírus, de forma direta ou indireta.

Para a MC 5, as atividades do lar, representaram na pandemia um processo injusto de afirmação do papel feminino do cuidado. O medo sentido por ela, relatado por ela, pensando seu ambiente domiciliar, ganha nova roupagem. O cuidado incessante a colocou em um lugar de desconfiança de si. Na narrativa, a MC 5 não aponta a obrigatoriedade de ter que cuidar sozinha da casa, mas a sensação de dever necessário para manter a funcionalidade doméstica.

Uma nova quebra de paradigma aconteceu com a MC 5 quando a associação começou a realizar encontros para conversas com todas as mulheres. O sentimento de deslocamento, de culpa e de necessidade de cuidar da família abriu espaço para a (re)descoberta de outras narrativas próximas à vivência da coralina. Em entrevista, o contato, o sorriso, o choro foi a ferramenta de suspensão de um

estado profundo de melancolia para esta Coralina, tal ação oportunizada pela associação.

Olhando por um lado administrativo da associação, vejamos a narrativa da MC 6:

(...) estávamos preocupados com o bem estar de todas as associadas (...) na época de explosão do vírus, algumas começaram a relatar o início de um processo de adoecimento. Foi então que começamos a propor ambientes remotos de contato e conversa. (...) Algumas coralinas que começaram a demonstrar algum nível de tristeza, logo começaram a sorrir, falando sobre a vida e sobre as necessidades (...). No momento da pandemia tivemos que fechar a loja, então muitas pararam de vender e de receber algum auxílio. Na época, tínhamos acabado de aprovar um projeto. Foi aí que decidimos repensar a estrutura do projeto. Decidimos utilizar um dinheiro que tínhamos em caixa para ajudar algumas coralinas e fazer um projeto de doação de alimentos e outras coisas que as associadas necessitavam (...) A parceria que fizemos com o Ministério Público do Trabalho para a produção de máscaras de proteção facial ajudou muito, quase todas as coralinas. Fizemos um mutirão, todos em casa compartilhando poesia, falando sobre os pontos que iam bordar, e auxiliando em algumas dificuldades (...) (EN - MC 6).

No olhar administrativo apresentado pela MC 6, tomamos a ideia de uma preocupação do núcleo administrativo da associação para com as associadas. Por parte da entrevista com a MC 6, notamos o movimento das Mulheres Coralinas em ação direta ao cuidado para com as associadas, para além, com o projeto de formação/capacitação contínua pleiteado no sistema organizacional da associação.

A venda de máscaras faciais relatado pela MC 6, perpassa a narrativa de outras mulheres que puderam, a partir do bordado, retirar uma renda em um momento de congelamento de todas as atividades da associação. Para além, na economia solidificada pela associação, o processo de apoio a mulheres em necessidades especiais foi uma das ações necessárias no momento de isolamento social. Pensando neste panorama, observemos a entrevista com a MC 8:

(...) todo mundo sabe que eu gosto de conversar, de ir para as reuniões ... Foi difícil passar pela pandemia, no período da pandemia perdi ##### e não foi fácil pra mim e pra minha família. Agora imagina, uma mãe solo triste, com medo e sem trabalho (...) Quando eu fui convidada a voltar para a associação, eu fiquei feliz. Tipo, eu agora não estou por conta do dinheiro, mas no início, quando a associação fez o pacote com o Ministério, eu vivia do dinheiro que consegui com o bordado (...) Além da venda do bordado, foi algo fantástico que a

associação fez, foi me ajudar com coisas básicas como comida, gás, e um lugar para ficar. (...) Agora eu estou trabalhando como ####, eu ainda participo de ações e produzo algumas coisas, mas não focada na venda ou na retirada de algum valor na associação. Eu não pretendo mais distanciar da associação, gosto de ficar perto dessas mulheres que precisam e que tiram o sustento da associação. (EN - MC 8).

Na pandemia, a associação desempenhou, na visão da MC 8 um ponto de apoio e recolha para a sobrevivência da mesma e de sua família. A venda das máscaras, narrativa presente na fala da MC 8 e de outras mulheres, corrobora com um arranjo de oportunidades no qual, em um momento de abalo social, histórico e cultural, mulheres puderam se reunir de forma remota para conhecer escritores nacionais e internacionais e puderam compartilhar vivências em um momento de adoecimento coletivo.

Pensando no território de cuidado com o feminino e no processo de auxílio/empoderamento de mulheres, vejamos a narrativa da MC 5 acerca do período de pandemia:

durante a pandemia eu não parei de produzir, acho que cada uma ficou de alguma forma nesse período (...) eu produzia muito, mas não tinha como vender na associação. Então, agora eu tenho muita peça pronta (...) Eu gosto muito de planta, então no período da pandemia eu comecei a fazer vasos e vender com algumas mudas para o pessoal (...) Algo muito interessante que não falei foi como o projeto aconteceu. Com o todo o cuidado eu e mais algumas outras associadas participamos de momentos de formação. Não éramos muitas, mas ficamos firmes e fortes para aprender novas técnicas que vamos, daqui uns dias, passar para outras mulheres que estão na mesma área (...) Foi ruim a pandemia, mas pra mim a associação me ajudou a aprender muita coisa (...) Imagina uma mulher que vendia produtos a quase a granel ter uma peça numa revista famosa? Vê que poder tem isso?. (...) Acho que a pandemia não me abalou tanto porque não tive ninguém próximo que morreu ou ficou doente. E eu tenho isso, quando fico ansiosa eu vou para o barro, ele me ajuda relaxar (EN, MC 5).

A (re)invenção do território de atuação e do espaço de formação, mostrou para a MC 5 a força produtiva e a força integrativa que a associação representa em sua vida, durante o período pandêmico. Nas entrevistas a MC 5 assim como a MC 9, MC 11 e MC 13 apresentaram a matéria prima de suas produções/produtos como suporte/acalento para angústias e pensamentos ruins. Nas narrativas das mulheres elencadas, a materialidade da força de trabalho durante a pandemia possibilitou um

reencontro com as potencialidades presentes nas obras/produtos de cada uma.

## Seção 2 - Forças, fraquezas, oportunidades e ameaças na associação a partir de narrativas

Uma das ferramentas utilizadas para a avaliação de potencialidades e riscos dentro da gestão de negócios e da gestão estratégicas de empresas é o método de análise SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities, e Threats), ou comumente chamada no Brasil o método de análise FOFA (Forças, fraquezas, oportunidades e ameaças).

O método consiste em avaliar os impactos e as potencialidades de uma determinada organização, seja física, jurídica, coletiva e/ou social. Em linhas gerais, a literatura administrativa, demarca a análise FOFA a partir da realização de um brainstorming (momento de levantamento de ideias e informações acerca do ambiente analisado). O brainstorming pode se configurar de forma coletiva, a partir da utilização da tempestade de ideias (técnicas dinâmicas para apontamento de melhorias e potencialidades de determinado segmento) em grupos ou levantamentos e confirmações de forma individual.

Pensando na realização desta pesquisa e no processo de consolidação das EN, realizamos com as mulheres entrevistadas, de forma não estruturada o levantamento de questões acerca das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças presentes na associação ASCORALINAS. Para tanto, dirigimos nosso olhar a matriz e a análise administrativa realizada:

Tabela 7- Matriz SWOT/FOFA



Fonte: Elaboração com base nas entrevistas

Na matriz SWOT/FOFA encontramos como primeira seção o recorte de fatores internos, a partir do reconhecimento de forças e fraquezas. Destarte, topicalizados a análise realizada a partir da coleta de dados e a estruturação da Matriz 1.

O recorte de forças possibilita a decomposição de vantagens que a associação possui em relação a outras entidades. Os dois primeiros recortes realizados, acerca das forças da associação dizem respeito ao poder de inclusão de pessoas ao movimento e o poder de fornecimento de uma formação continuada no quesito ofícios do artesanato, da gastronomia e da compreensão de textos literários e jurídico-legais. Como recorte para verificação deste ponto levanto em um brainstorming individual, vejamos a narrativa da MC 11:

eu gosto de ir para as reuniões da associação (...) por exemplo, lá aprendemos uma coisa nova todo o dia. Aprendemos com outra associada que testou uma técnica para fazer determinado produto, aprendemos uns pontos novos quase todos meses, aprendemos a fazer muita coisa de comida. (...) Eu tenho orgulho de ver o quanto a associação consegue ensinar a todas as que se interessam e incluir cada saber (EN - MC 11).

Os pontos de diferenciação da associação, de incluir e aglutinar novos saberes cotidianamente é, em nossa visão, um dos pontos de força das ASCORALINAS. Na narrativa da MC 11, percebemos que, para além da compreensão da importância dos momentos de inclusão e formação, tal potencialidade do movimento de Mulheres Coralinas é celebrar o coletivo e os saberes que cada mulher carrega consigo.

Como ponto de força, a curadoria, apresentada pela MC 2 e MC 9, possibilita o estudo analítico e a compreensão do processo de precificação de peças, produtos e o conceito estético da associação. Vejamos a narrativa das associadas:

(...) talvez já disse isso, mas a curadoria auxilia a gente, e muito, no processo de colocar preço nos produtos e em que tipo de produto vamos fazer (...) Não fazemos tudo igual, assim uma da outra, mas com a curadoria a gente aprende a observar as peças e aprender qual representa a gente (EN - MC 2).

Eu acho o máximo vender minhas peças (...) Pra mim sempre foi difícil colocar preço em tudo que eu faço, mas daí quando fazemos um estudo sobre isso o preço vem automático e eu não fico nervosa ou preocupada se alguém não vai aceitar o valor (...) Tem muita

gente que dá preço para as coisas dos outros. Mas quando fazemos isso nas nossas peças fazemos com amor e daí todas defende o valor colocado de cada coisa para vender (EN - MC 9).

O terceiro elemento de potencialidade da associação se alinha muito à ideia do processo de curadoria. Ora, como podemos observar o processo de curadoria administra um processo de um padrão de produção e de venda para os produtos das Mulheres Coralinas, de forma orgânica e coletiva.

O engajamento social e o auxílio às coralinas, outro aspecto de força de associação, andam lado a lado quando observamos o desenvolvimento de ações ofertadas pela associação e os auxílios prestados às associadas que necessitam de alguma ajuda social ou financeira.

Por fim, o processo de renda e do mercado de venda é um dos últimos critérios ponderados como potencialidade da associação. A renda, nessa análise diz respeito a valores retirados dos produtos vendidos pelas associadas. De forma próxima à potencialidade da renda, o mercado de venda, em especial o processo de abertura a outros locais de comercialização da venda dos produtos das coralinas, a partir da publicidade nacional e internacional, é outro ponto de força apontado nas entrevistas coletadas.

Em contrapartida ao movimento de forças encontrada no desenvolvimento interno da associação, observamos a presença de algumas fragilidades apontadas nas entrevistas com as associadas. Em linhas gerais, as fragilidades dizem respeito a processos que podem de alguma forma prejudicar o desenvolvimento da entidade, problemas internos que são observados por algumas das associadas. Compreendendo isso, atentemos a narrativa da MC 11:

(...) sabe, cuidado tá (...) acho que tá faltando algum levantamento interno, que seja divulgado para todos, dos dados sobre quem está na associação, quem realmente produz e utiliza o dinheiro para pagar as contas e quem está na associação por comungar com o que a gente faz. (...) Depois de feito isso, acho que a gente tinha que estabelecer um sistema de apoio a aquelas que precisam do dinheiro e que ainda não retiram tanto da venda dos produtos. (...) Talvez ampliando o mercado da venda para muitos outros lugares, e fazendo uma força tarefa com todas as associadas que estão ativas (EN - MC 11).

Na entrevista com a MC 11 podemos observar que a argumentação utilizada faz levantamento de fragilidades da associação, como falta de dados internos, necessidade de melhoramento de um sistema de apoio, necessidade de maior

ampliação do mercado de venda dos produtos, para que todas consigam acessar públicos alvo e assim consolidar um melhor rendimento.

Ainda pensando nas fraquezas da associação, vejamos a narrativa da MC 8:

(...) pensando nessas fragilidades eu acho que precisamos rever o contato com outras mulheres. Temos muitas que participam de tudo, mas muitas não são todas. Acho que falta de algumas vestir mais a camisa e não apenas vestir em momentos de necessidade. Falta um engajamento de cada uma para que as ações da associação sejam cada vez maiores e que possam trazer o olhar de outras pessoas para a associação, acredito que falta isto (EN - MC 8).

Para a MC 8 a falta de assiduidade e de um sistema de apoio e engajamento às atividades da associação é uma das fragilidades observadas na associação. Na visão da associada, a associação pode crescer quando se realizar um debate focal em direção a atuação de todas as associadas em todos os eventos promovidos de forma coletiva, por área de atuação ou não.

Atentemos a narrativa da MC 7 sobre as fragilidades da associação:

(...) somos novas quando pensada em outras instituições (...) sei que já muita coisa que outras associações por exemplo não tem, como o estatuto. Uma coisa que eu vejo como fragilidade é a falta de configuração da economia solidária aqui na associação. Como explico isso, sabemos muito na prática e sabemos que os valores distribuídos não são apenas monetários. Mas ainda falta a definição coletiva do que iremos direcionar sobre a economia solidária em nossa associação (...) Depois disto acredito que podemos melhorar o sistema de captação de renda e de mercado de venda. (EN - MC 7).

A MC 7 apresenta um problema na compreensão e na execução da economia solidária e na distribuição de renda da associação. Para ela, em sua narrativa, a ideia da economia solidária utilizada pela associação ainda é uma ideia inicial onde se desenha muitas oportunidades para movimento ainda jovem. Na narrativa, tal fraqueza poderá ser sanada quando a associação traçar metas e objetivos para a compreensão coletiva do tipo de economia solidária utilizada no movimento.

As oportunidades, elemento presente na análise SWOT/FOFA, diz respeito a forças externas que impactam progressivamente e positivamente a associação em sua atuação diária. Para debate de tal assunto, vejamos a narrativa da MC 12:

(...) fazer os cursos a partir dos editais que a gente ganha ensina muito pra gente. Com esses editais construímos nossa sede, construímos alguns cursos, viajamos. Graças a eles e a dedicação de todas a gente desenvolve um trabalho diário de produção e de ensino para as Coralinas (EN - MC 12).

Na visão da MC 12 a possibilidade de captação de recursos e investimento na associação é uma das oportunidades positivas que a associação apresenta. Na narrativa da MC 12 e na narrativa da MC 1, observamos a importância que as mesmas reconhecem para com o sistema de apoio a outras mulheres e para com o modelo de utilização e organização econômica da associação.

Em 100% das entrevistas a formação continuada apresenta papel de grande importância no quesito oportunidades, quando se pensa a captação de recursos e o convite a palestrantes e cursistas a ensinarem saberes variados, para a ampliação do repertório de atuação das associadas.

Na narrativa da MC 6 a possibilidade de internacionalização da associação a partir de pleito de editais e de materiais publicitários é, também, uma das oportunidades de crescimento e de ampliação da associação. Da mesma forma, com mais cursos, e com mais investimento a associação pode a cada dia receber novas associadas que auxiliaram no desenvolvimento interno e externo da associação.

Como ameaça a associação vemos de forma exclusiva a condição financeira. Como mencionado em narrativas anteriores, a associação necessita, ainda, de captação de editais. Por vias, o quesito financeiro, aqui englobado diz respeito, também, a identificação externa de um movimento de economia solidária em um sistema social de economia capitalista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

### “UM EXEMPLO DE TRABALHO E CORAGEM”

Esta pesquisa teve como objetivo central a compreensão do papel do associativismo feminino a partir da visão das Mulheres Coralinas, em frente a um sistema de economia solidária e cooperativa. Sob esse objetivo traçamos no decorrer da dissertação a problematização acerca do papel do feminino no trabalho e na renda, a ferramenta do associativismo como sistema de inclusão de pessoas. Além disso, a partir das entrevistas realizadas, pudemos traçar a imagem que as Mulheres Coralinas apresentam sobre o trabalho, a renda, os processos de inclusão social e a associação ASCORALINAS.

Em um primeiro momento, apresentamos algumas questões iniciais de pesquisa, sendo elas: Como as Mulheres Coralinas, por meio dos seus trabalhos artesanais e gastronômicos, fazendo o uso do Cerrado, produziram e reproduziram os seus espaços? Como as Mulheres Coralinas se veem no mercado municipal? Quais os impactos socioeconômicos provenientes do trabalho voltado à atividade associativista? Como elas conseguem promover uma economia solidária entre as associadas?.

*A priori*, nossa hipótese de pesquisa era o reconhecimento de que o debate sobre direitos sociais e o processo de identificação do ser Coralina, abriria um espaço para um debate múltiplo, com base nas questões levantadas. Contudo, ao realizarmos a pesquisa, em especial ao realizarmos as entrevistas, percebemos a (re)formulação de novas questões de pesquisa, como, por exemplo: “quais as percepções de trabalho depreendidas pelas associadas?”.

Na percepção das questões levantadas, observamos que existe nas narrativas das Mulheres Coralinas um processo de fortalecimento identitário e culturais de formação de mulheres e de processo de (re)integração social no mercado de trabalho. Em virtude disso, a hipótese, ora contemplada parcialmente, se mostrou insuficiente para uma resposta final da pesquisa.

Nas entrevistas observamos um processo de (re)construção da posição social do ser mulher. Com esse processo, cada entrevistada apresentou pontos confluentes e divergentes do coletivo (de entrevistas). A partir da colhida das entrevistas percebemos que o desenvolvimento da pesquisa não seria retido apenas

ao debate sobre transferência de renda. Cogitamos com os dados coletados não florear informações acerca do objetivo inicial da pesquisa (um debate aprofundado sobre economia solidária e sobre espaço/território). As vozes Coralinas nos levaram a outros caminhos. Sobre isto, recorreremos à fala de Riberio (2017), ouvir o ser em sua condição social é abrir um campo de possibilidade ao inesperado, ao que transcende.

As considerações finais, produzidas com esta pesquisa apontam para a necessidade de continuidade e de abertura para a audição de mulheres em espaço de trabalho e renda. Ademais, pelas potencialidades e fragilidades encontradas neste trabalho, concordamos com a necessidade de abertura do debate acerca de outras formas de economia de forma a se projetar socialmente frestas de um território onde saberes e poderes se entrecruzam para um comum, social e popular.

A partir das entrevistas, percebemos que tal dissertação cria uma possibilidade de problematização do sistema econômico capitalista, uma vez que, para as associadas o valor retirado da associação baseia na formação continuada, a propagação de um estado de saúde física e mental em um processo de solidariedade em coletivo. Em vistas, tal processo de compreensão do capital foge de padrões neoliberais e capitalistas, no qual se tem como foco principal a transferência de valores e a acumulação de bens.

Com a possível ruptura de perspectiva provocada pela dissertação, percebemos que, para debates em que elege um corpus de pesquisa dissidente ao sistema hegemônico social, há necessidade de criação e apresentação de rupturas ao que é dado e sistematizado como verdade ideal ou sistema ideal.

Diante disso, tal consideração final desta dissertação se encontra como forma de apontamento para os descaminhos trilhados no desenvolvimento deste trabalho e na necessidade de compreensão do ser feminino de forma a não barrar sua intersubjetividade e sim, oportunizar momentos de escuta afetuosa e de possibilidade de cristalização dos saberes das mãos (populares) como saberes, também, científicos, analíticos e complexos. Por fim, esperamos que tal pesquisa seja, de alguma forma, instrumento de amostra social e possibilidade de resistência.

## Referências

- ALÓS, Anselmo Péres. Gênero, epistemologia e performatividade: estratégias pedagógicas de subversão. Florianópolis: **Revista Estudos Feministas**. 2011. p.1-25.
- ANDRADE, Manuel Correia. Geografia Rural: questões teórico-metodológicas e técnicas. **CAMPO-TERRITORIO: Revista de Geografia Agrária**, Rio Grande do Sul, v. 05, ed. 09, p. 5- 16, fevereiro 2010.
- ANTUNES, Ricardo **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. Coimbra: CES/Almedina, 2013.
- BEZERRA, Juliana da Fonseca *et al.* CONCEITOS, CAUSAS E REPERCUSSÕES DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER NA ÓTICA DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE. **Revista Brasileira de Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 29, ed. 01, p. 51-59, janeiro/março 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/408/40846964008.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2022.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e a subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- CARLI, Caetano. Alternativas socialistas, experiências solidárias: luta pela terra, reforma agrária ecooperativismo no Brasil e em Portugal. **Otra Economía**, Coimbra, v. 8, n. 15, p. 244-259, jul - dez 2014.
- CARRASCO, Cristina; BORDERÍAS, Cristina; TORNS, Teresa (Ed.). **El trabajo de cuidado**: historia, teoria y políticas. Madrid: Catarata, 2011.
- CARREIRA, D.; AJAMIL, M.; MOREIRA, T. **Mudando o mundo**: a liderança feminina no século 21. São Paulo: Rede Mulher de Educação, 2001.
- CHRISTOFOLETTI, A. **Perspectivas da geografia**. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1985.
- CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. **Planejamento Estratégico**: fundamentos e aplicações. 1. ed. 13º tiragem. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- CLANDININ, D. J.. CONELLY, F. M. **Pesquisa narrativa**: experiências e história na pesquisa qualitativa. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011.
- CULTI, Maria Nezilda; et all. **Economia Solidária no Brasil**: Tipologia dos Empreendimentos Econômicos Solidários. São Paulo: Todos os Bichos, 2010.
- D'ÁVILA NETO, M. I. **O autoritarismo e a mulher**: o jogo da dominação macho-

fêmea no Brasil. Rio de Janeiro: Artes & Contos, 1994.

ESQUIVEL, Valeria. A economia do cuidado: um percurso conceitual. In: JÁCOME; Márcia Larangeira; VILLELA, Shirley (Org.). **Orçamentos sensíveis a gênero: conceitos**. Brasília: Onu Mulheres, 2012.

FBES: Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Rumo à IV Plenária Nacional de Economia Solidária. **Caderno de Aprofundamento aos debates**, FBES, nov. 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio. **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2008.

FONSECA, R. M. G. S. **A construção da identidade de mulheres e homens como processo histórico-social**. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185064/mod\\_resource/content/1/identidade.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185064/mod_resource/content/1/identidade.pdf) Acesso em: 06 jan, 2021.

FERRI, C.; PEREIRA DUARTE, R. C. Feminização da pobreza e meio ambiente de trabalho. **Sociedade em Debate**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. p. 63-85, 2014.

GAIGER L, I. **A Economia Solidária no Brasil**. São Leopoldo : Ed Oikos, 2014.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GQ Brasil. Apenas 3% dos homens brasileiros se acham feios, mostra pesquisa GQ. **GQ Brasil**, [S. l.], p. online, 11 maio 2022 . Disponível em: <https://gq.globo.com/Noticias/noticia/2022/05/apenas-3-dos-homens-brasileiros-se-acham-feios-mostra-pesquisa-gq.html>. Acesso em: 13 maio 2022.

GUÉRIN, Isabelle. Sociologia econômica e relações de gênero. In: EMÍLIO, Marli et al. (Org.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres**. Prefeitura Municipal de São Paulo, 2003. p. 71-88.

GUÉRIN, Isabelle. Introdução Geral. In: \_\_\_\_\_, **As mulheres e a economia solidária**. São Paulo: Edições Loyola, 2005, p. 11-30.

GURGEL, Telma. Feminismo e Liberdade. **Universidade e Sociedade**, Brasília (DF), ano 14, n. 43, p. 99-109, out. 2004.

HAESBAERT, R. Dilema de conceitos: espaço--território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Território e territorialidades: teoria, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 95-120.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HILLENKAMP, Isabelle; GUÉRIN, Isabelle; VERSCHUUR, Christine. A ECONOMIA SOLIDÁRIA E AS TEORIAS FEMINISTAS: POSSÍVEIS CAMINHOS PARA UMA CONVERGÊNCIA NECESSÁRIA. **Revista de Economia Solidária da Associação Centro de Estudos da Economia Solidária do Atlântico**, Ponta Delgada, n. 07, p. 5-43, outubro 2014.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cad. Pesquisa**. São Paulo, v. 37, n. 132, dez. 2007.

HIRATA, Helena. Teorias e práticas do care: Estado sucinto da arte, dados de pesquisa e pontos em debate. In: FARIA, Nalu; MORENO, Renata (Org.). **Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres**. São Paulo: SOF, 2010.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

LIMA, Jacob Carlos. Trabalho informal, autogestionário e gênero. **Sociedade e Cultura**. v. 9, n. 2, jul./dez. 2006. p. 303-310.

MARCONI, M.A; LAKATOS, E.M. **Metodologia científica**. 4ª edição revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 2004.

MADALOZZO, Regina; MARTINS, Sergio Ricardo; SHIRATORI, Ludmila. Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais?. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, ed. 2, p. 547-566, maio-agosto 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/jshjDy5bBjYS9WxgQMgQT7N/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 jan. 2022.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MÉZÁROS, I. **Para além do capital**. Tradução de Paulo Sérgio Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial; Editora da UNICAMP, 2002.

MOLINIER, Pascale. O ódio e o amor, caixa preta do feminismo? Uma crítica da ética do devotamento. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 10, n. 16, p. 227-242, dez. 2004.

Moreira, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

MURARO, Rose Marie. **A mulher na Construação do Mundo Futuro**. Petropolis: Vozes, 1967.

NERI, Marcelo. 27 milhões de brasileiros estão vivendo abaixo da linha da

pobreza. **FGV Social**, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: [https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/Desigualdade\\_de\\_Impactos\\_Trabalhistas\\_na\\_Pandemia\\_Marcelo-Neri\\_FGV-Social.pdf](https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/Desigualdade_de_Impactos_Trabalhistas_na_Pandemia_Marcelo-Neri_FGV-Social.pdf). Acesso em: 1 dez. 2021.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Os Estudos sobre Feminização da Pobreza e Políticas Públicas para Mulheres. **Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, Caxambú MG, p. 1-12, set 2004.

OLIVEIRA, A. U. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre**, [S. l.], v. 2, n. 21, p. 113-156, 2005.

PEARCE, Diane. The feminization of poverty: women, work and welfare. *Urban and Social Change Review*. 1978. p.28-36.

PRIORE, Mary Del. **A mulher na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.

RAMIRO, Rodrigo. **Economia solidária e turismo** – uma avaliação da experiência de incubação de cooperativas populares na cadeia produtiva do turismo na região Nordeste do Brasil. Brasília, DF: Editora IABS, 2009.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

ROSENFELD, C. L., & Alves, D. A. (2011). Autonomia e trabalho informacional: o teletrabalho. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 54 (1). 2011. p.207-233.

RUBIN, Gayle. "The Traffic in Women: Notes on The 'Political Economy' of Sex". In: REITER, Reyna (ed.). **Toward an Anthropology of Women**. New York: Monthly Review Press, 1975. p. 157-210.

SAFFIOTI, Heleith Iara Bongiovani. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleith Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SCOTT, Joan. **Prefácio a Gender and politics of History Cadernos Pagu**, Campinas, v. 3, p. 11-27, 1994.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Rio Grande do Sul, v. 2, ed. 20, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/71721/40667>. Acesso em: 12 abr. 2021.

SERPA, Ângelo. Percepção e fenomenologia: em busca de um método humanístico para estudos e intervenções do/no lugar. In: OLAN – **Ciência & Tecnologia** [arquivo de dados legíveis por máquina]. v.1, n. 2 nov. 2001. Rio Claro: Aleph, Engenharia e Consultoria Ambiental, 2001. p. 29-61.

SILVA, Armando Corrêa da Silva. O espaço como ser: uma auto-avaliação crítica, In: MOREIRA, Ruy. **Geografia teoria e crítica**: O saber posto em questão, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1982, p. 75-92.

SILVA, Glauce Cerqueira Corrêa da et al. A mulher e sua posição na sociedade: da antiguidade aos dias atuais. **Rev. SBPH** [online] vol.8, n.2, pp. 65-76, 2005.

SILVA, Joseli Maria. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 31-46, 2000. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcglclefindmkaj/https://www.faecpr.edu.br/site/documentos/revista\\_historia\\_regional7.pdf](chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcglclefindmkaj/https://www.faecpr.edu.br/site/documentos/revista_historia_regional7.pdf). Acesso em: 8 fev. 2022.

SILVA, S. P.; CARNEIRO, L. M. Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos. Relatório de Pesquisa - IPEA. **Brasília**: IPEA, 2016. Disponível em [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP\\_Os%20Novos%20dados%20do%20mapeamento%20de%20economia%20solid%C3%A1ria%20no%20Brasil\\_2016.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP_Os%20Novos%20dados%20do%20mapeamento%20de%20economia%20solid%C3%A1ria%20no%20Brasil_2016.pdf). Acesso em: 15 de out. 2021.

SILVA, T. G. da. **Feminismo e liberdade: seu sujeito total e tardio na América Latina**. 166 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFPB, João Pessoa, 2004.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SIQUEIRA, Ebe Maria de Lima; CAMARGO, Goiandira Ortiz (org.). **Mulheres Coralinas**. 01. ed. Goiânia - GO: Cãnone Editorial, 2016.

SOTO, William H. Gómez. A dialética do desenvolvimento regional: capital social, democracia, redes empresariais e dinâmica territorial. In Becker, Dinizar F e Wittmann, Milton Luiz (Org.) **Desenvolvimento regional**: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: EDU- NISC, 2008.

SUESS, Rodrigo Capelle; LEITE, Cristina Maria Costa. **Geografia e Fenomenologia**: uma discussão de teoria e método. *ACTA Geográfica*, Boa Vista, v. 11, ed. 27, set/dez 2017.

TUAN, Yi Fu. Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982. p. 143-164.

VASCONCELOS, M. Responsabilidades Familiares. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Revista do Observatório da Igualdade de Gênero**, Brasília, 2009.

VERDÉLIO, Andreia. Cora Coralina é inspiração para artesãs e doceiras na Cidade de Goiás. **Agência Brasil**, [S. l.], online, 8 jun. 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/en/node/1120697>. Acesso em: 29 dez. 2021.

## APÊNDICES

## Apêndice 1 - Termo de Consentimento Livre Esclarecido



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você/Sra. está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada "ECONOMIA SOLIDÁRIA NA ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES CORALINAS". Meu nome é Rafael Ferreira Rodrigues, sou Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual de Goiás – Câmpus Cora Coralina, pesquisador(a) responsável por esta pesquisa. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, rubricue todas as páginas e assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence ao(a) pesquisador(a) responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas *sobre a pesquisa* poderão ser esclarecidas pelo(a) pesquisador(a) responsável, via e-mail [admrodri@gmail.com](mailto:admrodri@gmail.com), endereço rua 20, nº 03 – Vila Goiacy e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, acrescentando o número 9090 antes do(s) seguinte(s) contato(s) telefônico(s): (62)99951-7704/(62) 993126108. Ao persistirem as dúvidas *sobre os seus direitos* como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Estadual de Goiás (CEP-UEG), localizado no Prédio da Administração Central, BR 153, Km 99, Anápolis/GO, CEP: 75132-903, telefone: (62) 3328-1439, funcionamento: 8h às 12h e 13h às 17h, de segunda a sexta-feira. O contato também poderá ser feito pelo e-mail do CEP-UEG: [cep@ueg.br](mailto:cep@ueg.br). O Comitê de Ética em Pesquisa é vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) que por sua vez é subordinado ao Ministério da Saúde (MS). O CEP é responsável por realizar a análise ética de projetos de pesquisa com seres humanos, sendo aprovado aquele que segue os princípios estabelecidos pelas resoluções, normativas e complementares.

Os pesquisadores que compõem essa equipe de pesquisa são Rafael Ferreira Rodrigues e Tathiana Rodrigues Salgado (Orientadora)

A leitura desse TCLE deve levar aproximadamente 03 minutos e a sua participação na pesquisa poderá perdurar durante 30 minutos.

#### Justificativa, objetivos e procedimentos:

O motivo que nos leva a propor esta pesquisa é se dá em virtude da inquietação do pesquisador (proponente deste projeto) sobre as questões atinentes as estruturas das relações de gênero e suas ramificações. Em especial, como as Mulheres Coralinas conquistaram na cidade de Goiás um espaço de resistência e luta através da consolidação de uma associação promotora da Economia Solidária.

O objetivo desta pesquisa é compreender o espaço das Mulheres Coralinas e suas percepções sobre a apropriação do cerrado, voltadas ao turismo da cidade de Goiás de modo a identificar os impactos socioeconômicos decorrentes de seus protagonismos.

Os procedimentos de coleta de dados seguiram os postulados da entrevista narrativa, o qual consiste em uma possibilidade de audiência locus de dizibilidade de cada mulher. Possibilitando que, a partir das narrativas falemos com elas e não no lugar delas. A esse respeito, o modelo da Pesquisa Narrativa (Entrevista narrativa - EN) enquadrasse em uma das inúmeras possibilidades de execução de pesquisas na contemporaneidade, pois nos abre caminho para a possibilidade de ouvir outras vozes e através delas criamos debates críticos sobre determinado assunto, abordado na entrevista.

Entretanto, em tempo de crise sanitária, acarretada pela pandemia mundial do vírus sazonal do novo COVID19 (coronavírus), tivemos que aprender a reinventar e configurarmos nossas

Página 1 de 4



dinâmicas de espaços e de construção social. E com o distanciamento social, a entrevista, pensamos duas formas para que esta pesquisa chegue até as participantes, sendo: a primeira se dirige a utilização do meio virtual, a partir do contato não presencial com a participante; a segunda se dirige ao contato presencial seguindo todos os protocolos de saúde advindas da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Sendo assim, em um primeiro momento realizaremos o contato não presencial, a fim de realizar o convite individual para participação na pesquisa, bem como confirmarmos qual será a melhor forma de realização da pesquisa. Neste momento, conversaremos sobre as possibilidades de encontros de forma virtual ou presencial. Para além, procuraremos preservar a identidade da participante, acionando para a participante pseudônimos para sua identificação na pesquisa (dissertação).

Ademais, nas entrevistas serão realizadas, somente, registros sonoros das associadas. Tais registros serão encaminhados para cada participante, bem como uma cópia do texto dissertativo encaminhado a associação das Mulheres Coralinas. Isto posto, é necessário para a realização desta pesquisa a autorização da concessão do uso da voz das participantes, no que tange a gravação da entrevista, em outras palavras, o registro sonoro que será transcrito para o desenvolvimento da pesquisa.

Para tanto, segue a baixo quatro opções (assinaláveis com a rubrica da participante) para verificação/confirmação da aceitação do uso da voz da participante (utilização da gravação e transcrição da entrevista):

- (            ) Não permito a gravação/obtenção da minha voz.
- (            ) Permito a gravação/obtenção da minha voz.
- (            ) Permito a divulgação da minha voz nos resultados publicados da pesquisa.
- (            ) Não permito a divulgação da minha voz nos resultados publicados da pesquisa.

#### **Riscos e formas de minimizá-los:**

Os riscos relacionados à participação neste estudo são riscos mínimos ligado a lembrança que podemos incomodar a entrevistada e nesse momento riscos relacionados à pandemia da Covid 19. Para evitar e/ou reduzir este risco em primeiro momento será explicado com detalhes o procedimento e como a entrevista será realizada. Será informado que caso ele se sinta incomodado com alguma questão a entrevista pode ser imediatamente suspensa. Caso seja necessário o pesquisador se responsabilizará por levar o participante aos serviços públicos de saúde da cidade de Goiás. Em relação aos procedimentos para evitar o contágio da Covid 19, o pesquisador realizará as entrevistas, quando presenciais, em local aberto, respeitando o distanciamento de 2,0 metros, não haverá contato físico, canetas serão higienizadas antes das assinaturas dos termos, o pesquisador disponibilizará máscaras e álcool em gel individual para cada participante.

#### **Assistência:**

Se você sentir qualquer desconforto é assegurado assistência imediata e integral de forma gratuita, para danos diretos e indiretos, imediatos ou tardios de qualquer natureza, decorrentes de sua participação na pesquisa.

Caso você se sinta desconfortável por qualquer motivo, poderemos interromper a sua participação entrevista qualquer momento e esta decisão não produzirá penalização ou prejuízo.

**Benefícios:**

Esta pesquisa terá como benefícios a possibilidade de proposição de um espaço de percepção local das dinâmicas socio-espaciais presentes na vivência de mulher da cidade de Goiás.

**Sigilo, privacidade e guarda do material coletado:**

Não há necessidade de identificação, ficando assegurados o sigilo e a privacidade. Você poderá solicitar a retirada de seus dados coletados a qualquer momento, deixando de participar deste estudo, sem prejuízo. Os dados coletados nesta pesquisa serão guardados em arquivo digital, sob nossa guarda e responsabilidade, por um período de cinco anos após o término da pesquisa. Após esse período, o material obtido será picotado e/ou reciclado e todas as mídias apagadas.

**Indenização:**

Se você sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, tem direito a buscar indenização, conforme decisões judiciais que possam suceder.

Você não receberá nenhum tipo de compensação financeira por sua participação neste estudo, mas caso tenha algum gasto decorrente do mesmo (como por exemplo, transporte e alimentação) este será ressarcido por mim, pesquisador responsável.

Em qualquer etapa do estudo você poderá entrar em contato comigo, pesquisador responsável, para esclarecimentos de eventuais dúvidas. A pesquisa estará disponível na biblioteca do programa (Universidade Estadual de Goiás- Cora Coralina) e no endereço eletrônico da PPGEO-UEG Cora Coralina. A pesquisa estará também disponível em artigo científico publicados em periódicos de acesso aberto, sendo todas essas entregue uma cópia de toda a pesquisa para a presidência da Associação.

Os resultados da sua participação poderão ser consultados por você a qualquer momento, para isso, nós disponibilizaremos um email: [admrodri@gmail.com](mailto:admrodri@gmail.com) ou no Fone: (62) 99951-7704 (tratar como o pesquisador).



### Declaração do(a) Pesquisador(a) Responsável

Eu, pesquisador(a) responsável por este estudo, esclareço que cumprirei as informações acima e que o participante terá acesso, se necessário, a assistência integral e gratuita por danos diretos e indiretos, imediatos ou tardios devido a sua participação nesse estudo; e que suas informações serão tratadas com confidencialidade e sigilo. O participante poderá sair do estudo quando quiser, sem qualquer penalização. Se tiver algum custo por participar da pesquisa, será ressarcido; e em caso de dano decorrente do estudo, terá direito a buscar indenização, conforme decisões judiciais que possam suceder. Declaro também que a coleta de dados somente será iniciada após a aprovação do protocolo pelo sistema CEP/CONEP.

### Declaração do(a) Participante

Eu, ....., abaixo assinado, discuti com o pesquisador Rafael Ferreira Rodrigues sobre a minha decisão em participar como voluntária do estudo ECONOMIA SOLIDÁRIA NA ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES CORALINAS. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de assistência, confidencialidade e esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é voluntária e isenta de despesas e que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

Cidade de Goiás – GO, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.



Assinatura do(a) participante de pesquisa/Responsável legal

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

## Anexo 1 – Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

Você está em: Público > Buscar Pesquisas Aprovadas > Detalhar Projeto de Pesquisa

### DETALHAR PROJETO DE PESQUISA

#### - DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título Público: ECONOMIA SOLIDÁRIA NA ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES CORALINAS  
Pesquisador Responsável: RAFAEL FERREIRA RODRIGUES  
Contato Público: RAFAEL FERREIRA RODRIGUES  
Condições de saúde ou problemas estudados:  
Descritores CID - Gerais:  
Descritores CID - Específicos:  
Descritores CID - de Intervenção:  
Data de Aprovação Ética do CEP/CONEP: 20/01/2022



#### - DADOS DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE

Nome da Instituição: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
Cidade: ANAPÓLIS

#### - DADOS DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Comitê de Ética Responsável: 8113 - UEG - Universidade Estadual de Goiás  
Endereço: BR 153 Quadra Área, Km 99, Bloco III, Térreo  
Telefone: (62)3328-1434  
E-mail: cep@ueg.br

#### - CENTRO(S) PARTICIPANTE(S) DO PROJETO DE PESQUISA

\_\_\_\_\_

#### - CENTRO(S) COPARTICIPANTE(S) DO PROJETO DE PESQUISA

\_\_\_\_\_

[Voltar](#)